

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA
E BENS CULTURAIS - PPHPBC
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

LIVRO VARAL DE LEMBRANÇAS DA FAVELA DA ROCINHA:
O processo de percepção dos moradores e sua construção identitária

FERNANDO ERMIRO DA SILVA

Rio de Janeiro
Junho / 2021

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA
E BENS CULTURAIS - PPHPBC
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

LIVRO VARAL DE LEMBRANÇAS DA FAVELA DA ROCINHA:
O processo de percepção dos moradores e sua construção identitária

FERNANDO ERMIRO DA SILVA

Dissertação apresentada ao Centro de
Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil – CPDOC
como requisito final para a obtenção do
grau de Mestre em História, Política e
Bens Culturais.
Orientador: Prof. Dr. Celso Castro

Rio de Janeiro
Junho / 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Silva, Fernando Ermiro da

Livro varal de lembranças da favela da Rocinha: o processo de percepção dos moradores e sua construção identitária / Fernando Ermiro da Silva. – 2021.

98 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Celso Castro.

Inclui bibliografia.

1. Favelas - Aspectos sociais. 2. Identidade social. 3. Memória coletiva, 4. Comunidade - Organização. I. Castro, Celso. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 301.363098153

FOLHA DE APROVAÇÃO



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

FERNANDO ERMIRO DA SILVA


"LIVRO VARAL DE LEMBRANÇAS DA FAVELA DA ROCINHA: O PROCESSO DE PERCEPÇÃO DOS MORADORES E SUA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA".

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE(A) EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS.

DATA DA DEFESA: 30/06/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROF^º/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO



PROF^º/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
ORIENTADOR(A)

p/ 
PROF^ª/ª VIVIAN LUIZ FONSECA
MEMBRO INTERNO

p/ 
PROF^º/ª MÁRIO DE SOUZA CHAGAS
MEMBRO EXTERNO

RIO DE JANEIRO, 30 DE JUNHO DE 2021.


PROF^º/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
DIRETOR(A)


PROF^º ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado às quinhentas e trinta e quatro mil pessoas vítimas fatais da covid-19, e também às vítimas das chacinas recorrentes, a mais recente na favela do Jacarezinho/RJ em maio/21, negras em sua maioria, e aos sobreviventes do segundo ano de pandemia da covid-19.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos entrevistados pelas longas conversas, a paciente acolhida e acompanhamento nas etapas deste trabalho: Antônio Oliveira, Tania Regina Silva, Lygia Segala, Lilia Trajano, Maricéia Trajano, Maurício Trajano, Heber Bôscoli, Carlos Costa e Francisca Honorata de Oliveira, a Chica da Rocinha.

Agradeço à minha esposa Dayana, obrigado pela paciência e por não me deixar desistir nas horas de maior cansaço no segundo ano de uma pandemia e isolamento social.

Sempre agradecerei aos meus pais, origem de toda as coisas em minha vida.

A meus filhos Lorena, Bernardo e Flora pela paciência de cada um ao seu tempo. E Lorena me presenteou com Giovanna.

À minha enorme família de irmãos, Carlos Augusto Santos da Silva, Maria das Graças Santos da Silva, Otacílio Ermiro da Silva, cunhados e cunhadas, meus sobrinhos, na figura de Erica Ermiro, e sobrinhos netos. Obrigado por tudo.

Agradeço aos professores e suas contribuições, sugestões e críticas. E aos professores, Mário Chagas e Vivian Fonseca pelas valiosas análises no exame de qualificação.

Agradeço ao profissionalismo e dedicação de Vanusa da Silva, durante a fase decisiva deste trabalho, se inicia uma amizade.

Agradeço aos companheiros do movimento social, em especial ao Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, em especial, nas figuras negras, assim como eu, Antônio Carlos Firmino e Cristina Martins, caminhamos juntos há quase vinte anos.

Agradeço aos amigos de longa data Elias Avelino, Paulo Roberto e Alex de Jesus.

Por fim, agradeço o empenho do meu orientador, professor Dr. Celso Castro, que me auxiliou nessa árdua jornada, com sua disposição, questões e correções.

EPÍGRAFE

"Aos bêbados, às putas, aos malandros, às crianças vadias que habitam os becos de minha memória. Homenagem póstuma às lavadeiras que madrugavam os varais com roupas ao sol. Às pernas cansadas, suadas, negras, aloiradas de poeira do campo aberto onde aconteciam os festivais de bola da favela[...]. Homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela".

(EVARISTO, Conceição. Becos da memória, p. 17).

"Antes de sermos favelados, somos brasileiros tanto quanto os que nascem e vivem em palacetes suntuosos. Logo, temos direito a um pedaço de chão próximo ao nosso campo de trabalho. Não queremos ser expostos ao terrível cansaço das longas viagens após uma dura jornada de trabalho. Estaremos querendo demais?"

(ALMEIDA, fragmentos do manuscrito A cidade de Latas. In Varal de lembranças, p.106).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar o processo de produção e escrita do livro *Varal de Lembranças: histórias e causos da Rocinha* publicado em 1983 e elaborado como projeto por estudantes do curso noturno de educação de jovens e adultos – EJA, e que teve como proponente do projeto a União Pró Melhoramento dos Moradores da Rocinha – UPMMR, associação de moradores da própria favela. O livro narra as origens, desconhecidas pelos próprios, da favela onde moravam. No processo de busca da melhor metodologia de campo, as respostas encontradas e as novas indicações feitas para novos entrevistados afetam a percepção sobre si dos pesquisadores. Nossa proposta é analisar a construção de um processo de reconhecimento identitário, com o apoio da antropologia de modo a demonstrar que os autores ao fim do trabalho passam a reconhecer-se como participantes de um mesmo *locus* social e que podem ser vistos como pensadores políticos, ainda que de forma não sistematizada. Além disso, este estudo demonstra a possibilidade a partir da leitura do documento de indicar a existência de formas de “resistência” a tentativas de imposição de identidades.

Palavras-chave: Favela; identidade; formas de organização; história recente.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the production and writing process of the book “Varal de Lembranças: Histórias e Causos da Rocinha” published in 1983. The book was elaborated as a project by students of the evening course of youth and adult education – EJA, and which had as a proponent of the project, União Pró Melhoramento dos Moradores da Rocinha – UPMMR, an association of residents of the favela itself. The text narrates the origins, unknown by them, of the favela where they lived. In the process of searching for the best field methodology, the answers found and the new indications made to new interviewees affect the researchers' perception of themselves. Our proposal is to analyze the construction of an identity recognition process, with the support of anthropology in order to demonstrate that the authors at the end of the work start to recognize themselves as participants of the same social locus. Along with that, they could also be able to see themselves as political thinkers, albeit in a non-systematized way. Furthermore, this study demonstrates the possibility, based on the reading of the document, of indicating the existence of forms of “resistance” to attempts of identities impositions

Keywords: Favela; Identity; Forms of organization; Recent history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Desenho de crianças da Rocinha. Projeto Piraguá, (1981)	22
Figura 2: Seu Baiano e Francisco Elizeu Cosmo, o Chico Barbeiro	23
Figura 3: Mapa de regiões administrativas – RJ.	27
Figura 4: Mapa antigo loteamento	28
Figura 5: Página marcando a divisão dos capítulos/Tempos.....	29
Figura 6: : Jornal Última Hora, 13/10/1977.	46
Figura 7: Matéria Jornal..	50
Figura 8: Capa O Tagarela 1978.....	57
Figura 9: Comissão de frente, página do livro	620
Figura 10: “Visita à prefeitura”, reunião com o prefeito Júlio Coutinho.	65
Figura 11: Abre-alas . Fonte: Varal de lembranças, p. 30.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados dos moradores.....	31
------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
O Varal de lembranças e as histórias da Rocinha	17
CAPÍTULO 1:	
ESTUDANTES DE EJA COMO AUTORES DO LIVRO VARAL DE LEMBRANÇAS DE 1983.....	21
1.1. Os estudantes e o livro.....	21
CAPÍTULO 2: O QUE ELES DISSERAM	41
Capítulo 3	63
IDENTIDADE OU IDENTIDADES?.....	63
Distância social e distância psicológica, ou um ver-de-fora-para-dentro.....	67
Quando o objeto vira sujeito, quando o sujeito vira objeto	71
A experiência política e a vida comunitária organizada	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
Documentos.....	94

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa o processo de elaboração de um livro coletivo, *Varal de Lembranças: histórias e causos da Rocinha* (1983), escrito e publicado por favelados, estudantes de uma escola noturna de alfabetização de jovens e adultos, tendo como parceiro proponente do projeto a Associação de Moradores da própria favela, entidade com personalidade jurídica, funcionando sob junta administrativa, patrocinado com recursos de edital público no início da década de 1980. Examinarei como este livro se torna um “monumento/documento” e passa por releituras e novas interpretações ao longo dos anos. Isso ocorre devido ao passar do tempo, que transforma as linhas de pesquisas e modifica as formas de pensamento sobre a história, mudando a maneira como faremos perguntas e a forma de interpretar os relatos escritos.

Parafraseando Stuart Hall (2006), ao nos definirmos, algumas vezes, dizemos que somos brasileiros ou nordestinos ou cariocas ou favelados. “Obviamente, ao dizer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes” (HALL, 2006, p. 47).

A publicação do livro ocorreu no final de uma ditadura militar instaurada na década de 1960 e cuja distensão apenas se iniciara. Ainda encontravam-se desarticuladas tanto a sociedade civil quanto as favelas, muito embora a resistência dos favelados, ainda que na medida do possível fosse mantida, inclusive em relação às tentativas de cooptação das lideranças por parte do Estado com a oferta de posições dentro da máquina do Estado. Trata-se, porém, de uma resistência bastante romantizada, uma vez que ainda não foi assegurada a posse da terra onde vivem há mais de um século - para citar a emblemática favela da Providência, situada na zona portuária do Rio de Janeiro, fato que lhes mantém sob permanente ameaça. Se em décadas passadas o motivo para retirada de favelas era a insalubridade e a higiene, o atual discurso remocionista está pautado na proteção do Meio Ambiente. Ambas encolhidas, favela e sociedade civil, na busca por seus direitos, pois fora interrompida a continuidade entre a lógica de obtenção de direitos básicos e a lógica de associação e representação específicas.

O embrião do projeto de escrita do livro *Varal de Lembranças: histórias e causos da Rocinha*, tem seu início durante as aulas de Estudos Sociais do terceiro ano da Escola Noturna da Ação Social Padre Anchieta – ASPA.

Fui criança na Favela da Rocinha. Brincava subindo e descendo o morro, por seus caminhos de barro batido e becos entre barracos, com outras crianças, mas tinha medo da Folia de Reis¹ e principalmente do Bate-bola², tradição mantida viva na Favela Santa Marta, em Botafogo – com alguns componentes da Favela da Rocinha – com a Folia de Reis Penitentes de Santa Marta.

Também me causava medo a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM³, órgão criado em 01/12/1964, com a finalidade de promover a internação e reclusão de menores, e que classificava seus capturados em dois grandes grupos: os “infratores”, recolhidos na rua pela polícia e julgados pela Justiça, permanecendo sob custódia destas instituições; e os “abandonados”, cujos pais não possuíam condições de criar ou eram órfãos, sem pais adotivos.”⁴ Era assustadora a ideia de ser confundido e poder ser recolhido entre infratores ou abandonados, e nenhuma das duas “opções” particularmente me agradava. Este pavor me fazia confundir com o símbolo dos carros de outra instituição, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS. O medo de ser levado ou “internado” se dava de forma inconsciente, por intuir que o grupo que sempre era recolhido se parecia comigo: “negros, mulatos, descendentes de nordestinos, quer dizer, os mestiços, filhos de desempregados que moram em favelas e periferias das grandes cidades, pessoas que vêm do êxodo rural”⁵, os “destinatários das ações da FUNABEM”.

Mas o que me assombrava nos dias comuns era a “remoção”, palavra que ouvia de passagem nas conversas dos adultos. Não sabia bem do que se tratava, mas para mim significava que a qualquer momento eu poderia deixar de morar ali, perder meus amigos e minha geografia de referência (a praia, a Pedra da Gávea e o Oceano Atlântico). Segundo Brum (2018), as autoridades defendiam a remoção de moradores de favelas das áreas centrais da cidade para a periferia e se justificava com a possibilidade de incentivo ao surgimento de uma área industrial delimitada nas áreas limítrofes da cidade, próximas

¹ A Folia de Reis é uma festa popular e tradicional brasileira, possui um caráter cultural e religioso, é realizada no período de 24 de dezembro a 6 de janeiro - Dia de Reis ou Dia dos três Reis Magos.

² Bate-bola, Clóvis, pierrô, Clown são nomes de fantasias carnavalescas características do subúrbio e periferias do Rio de Janeiro, tradição influenciada pela folia de reis

³ Competia à FUNABEM formular e implantar a Política Nacional do Bem- Estar do Menor em todo o território nacional.

⁴ A palavra da FUNABEM. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 8, n.º 1, p. 6-7, 1988. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

⁵ Entrevista Ivanir dos Santos (presidente da ASSEAF -Associação dos ex-alunos da FUNABEM). Tempo e Presença. Revista mensal do Centro Ecumênico de Documentação e informação - CEDI Março 87. Número 217. Quem tem medo do menor?

às vias de acesso ao centro urbano e com terrenos mais baratos. O assombro da incerteza quanto à permanência me acompanhou pela adolescência, juventude e fase adulta. Talvez, por isso, anos mais tarde, fez-me tanto sentido o aparente absurdo da narrativa de Primo Levi (1988) de famílias judaico-italianas sendo levadas para Auschwitz, deixando para trás e sem aviso suas histórias, lares, profissões, amigos e até desafetos.

Em resumo, minha trajetória seria de um rapaz negro, latino-americano, filho de migrantes pobres do êxodo rural, mãe capixaba e pai paraibano, morador de favela, estudante de escola pública, que terminou o ensino médio em cinco anos, porque trabalhava em período integral como todos de sua classe social e tinha que custear transporte e alimentação para se manter estudando, e, mesmo quando bolsista de graduação de história, as despesas para se manter na faculdade vinham do próprio trabalho enquanto lia nos intervalos. Terminado o curso de história, sentiu a falta da sua história: de onde vieram seus pais, qual a história da favela onde morou a vida inteira? E, como agora “entendia a discriminação por causa da sua classe e sua cor” como o personagem João de Santo Cristo, juntou-se a outros moradores da Rocinha, em 2007, para juntos fundarem o museu de memória e história da Rocinha, de nome Sankofa, herança cultural da costa Leste africana, que ensina que ao planejar seu futuro devemos olhar sempre o passado.

Talvez, este histórico de incertezas tenha contribuído para minha curiosidade sobre as questões de identidade. Nossa identidade se altera com a passar do tempo e com as experiências vividas, ou permanecemos os mesmos com nossa personalidade “essencial”? A história da favela pode ser lida como um grande campo de experimentações biopolíticas. Isto é, cada intervenção estatal pensada e aplicada buscava, de alguma forma, implementar formas de controle e gestão de determinadas populações, especialmente, as mais pobres e, sobretudo, os negros (MAGALHÃES, 2018). Por conta de todos os anos vividos na favela, pude experimentar diversos processos de violência, abertas ou dissimuladas, físicas ou psicológicas. Posso então descrever estas experiências como pesquisador, que teve a oportunidade de observar, *in loco*, as formas de aplicação das políticas públicas voltadas para essa população, com suas estratégias evasivas e subterfúgios. A experiência como pesquisador possibilita a distância necessária para entender, que a minha vida ou minha “triunfante” sobrevivência foi um processo de observação participava no campo de pesquisa.

Assim como foi de grande valia a leitura de Giorgio Agamben, *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua* (2002), que elucida a diferença entre os seres vivos -

para uns a mera existência biológica, os “sacrificáveis”, e a outros o direito à vida política - explicação que ajuda a compreender a desumanização e a indiferença com os habitantes de favela e possibilita compreender porque a sociedade não mais se comove com as tragédias nesses territórios e sua anuência com a política de segurança, mas também com a política educacional, de saúde e habitação voltada a esse grupo.

Entendo que hoje, ser descendente quilombola, indígena ou ter origem no interior, após uma longa construção e resistência social, são termos que foram positivados e causam certo orgulho de pertencimento e origem. Isso ainda não aconteceu na favela, mas parece estar em vias de construção e aceitação positiva do termo “favelado”. Faço aqui a opção pela denominação “favela” e não “comunidade” e a justifico como habitante de favela, e por ter atravessado décadas com a necessidade de esconder o endereço de residência sob risco de não ser contratado para qualquer tipo de emprego. Nos dias atuais, verifica-se que, com um caminho aberto pelas universidades em seus processos seletivos, a favela está positivada, guardadas todas as devidas proporções. O termo “comunidade” surge depois dessa positivação, ele não atravessou os anos de dificuldade de construção de uma identidade e afasta, com esta tentativa de mudança, a memória da experiência vivida e oculta uma luta de resistência e sobrevivência de toda uma população.

Percebo, não só de forma afetiva, mas de forma concreta na sobrevivência diária, que minha identidade está ligada ao termo “favela”, e não sinto que o termo “comunidade” possa me gerar o conforto psicológico de pertencimento por não fazer parte da minha história.

Desta forma, um assunto já bastante pesquisado como o tema favela, pode ser analisado novamente, desta vez com a análise do processo de publicação do livro *Varal de Lembranças*, pois seu processo de construção nos oferece a perspectiva inusitada do próprio objeto em si, nos permite observar de um outro lugar e a partir de novo enfoque, trazendo novas possibilidades de abordagem sobre a discussão acerca da memória e da identidade de populações faveladas.

As favelas já foram objeto de um grande número de estudos: higienizadas ou antropologizadas; exaltadas ou negadas; removidas ou urbanizadas, fator que com o tempo talvez tenha contribuído para a uma melhor compreensão sobre as favelas enquanto realidade no espaço urbano. Embora continue sendo um trecho polêmico da história do Brasil, pois “a favela, hoje cada vez mais bairro, onde quer que se encontre, zona sul, no centro ou nas periferias, está na raiz da questão social brasileira, de herança escravista,

cujo tratamento hierarquizado, diferenciador e desigual, marca a construção e a manutenção da cidade e da sociedade” (ROCHA, 2002, p. 19).

Com um “olhar de fora” entendemos a escolha do título significativo do livro de Zuenir Ventura, *Cidade Partida*” (2011), publicado originalmente em 1994; afinal, esta pode ser a impressão correta “para quem vê com olhos de ‘cá’” (VENTURA, 2011, p. 12) e com “uma vivência que inclui um mergulho na favela, frequentada regularmente pelo autor durante 10 meses.” (VENTURA, 2011, p. 12). Mas que aponta com lucidez que as fronteiras são sempre tênues, como percebeu Adair Rocha em outro livro, porém, “olhando por dentro” e “graças à longa convivência (...) após 16 anos de presença” (ROCHA, 2002, p.15), viveu a troca diária e mutuamente necessária entre a favela e o “asfalto”, a descida cotidiana do morro e seu retorno. Rocha (2002) escolhe o título, com o qual concordamos, *Cidade Cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*, que define “favela e asfalto como sendo dimensões de uma só e mesma cidade” (ROCHA, 2002, p. 19) e nos recorda a mitologia do deus Janus⁶, dois lados complementares da mesma personagem, dois lados da mesma cidade, espaço privilegiado dos encontros.

Nossa pesquisa visa reconstruir o processo de construção de um livro, de narrativas e de autorrepresentação. Busca também entender como se dá a continuidade de exposição, política e cultural, das relações de saber e poder, e quais soluções apresentam em meio aos conflitos permanentes, uma vez que “as favelas acompanharam a expansão do tecido urbano e se tornaram definitivamente um elemento importante da paisagem urbana carioca” (GONÇALVES, 2013, p. 68). Nosso enfoque, contudo, não será a favela, mas os vestígios destas relações, deixadas pelo habitante favelado, no livro *Varal de Lembranças*.

Motivados pela constatação da total ausência de obras e autores que fossem, como chamamos atualmente, “representativos” para a favela e para os favelados, o que se via ou se ouvia era um silêncio bastante eloquente sobre si mesmos, principalmente, nos livros didáticos. Estes nos ensinavam a “como ser gente”, ferramenta importante para a compreensão da própria história através daquilo que eles já sabem, memórias oralizadas, mas não registradas nos meios oficiais. Deste modo, após ler histórias de pessoas que nada diziam sobre suas vidas, porque não contavam sobre sua própria história, “percebemos que pouco ou quase nada existia a respeito da história dos trabalhadores e

⁶ O deus romano Janus, apresenta em todas as imagens duas faces, que apontam em direções opostas. Sua personalidade é, ao mesmo tempo, benevolente e maligna, nem bom, nem mau. Janus foi a inspiração do nome do primeiro mês do ano, janeiro.

das favelas” (*Varal de lembranças*, 1983 p.04). Então, a turma de estudantes se reúne para assumir a tarefa de pensar como seria a história da Favela da Rocinha e decide tentar coletar alguns relatos de antigos moradores. Serão apelidados de A Turma dos Oito ou “o pessoal do livro” (*Varal de Lembranças*, 1983, p. 05).

O fato de um livro ter sido publicado por estudantes de ensino noturno de uma favela, em um projeto assinado em parceria com a Associação de Moradores, enaltece os avanços da prática de uma democracia possível, ao mesmo tempo que contradiz a narrativa midiática hegemônica - e que encontra ecos na sociedade como um todo, que insinua que “favela não dá escritor. Dá ladrão, tarado e vadio” (JESUS, 1961, p. 25), devido ao fato de estarem associados os locais populares com o mito da marginalidade, tornando-se locais onde não se produza escritores e, por conseguinte, espaços onde não se possa florescer cultura. O gesto de lançar uma publicação sob condições extremas para determinados grupos em nossa sociedade cria um embaraço para o discurso oficial, aquele que diz que vivemos em uma democracia acessível a todos e, se não um mal estar social, ao menos uma curiosidade.

Podemos lembrar o contexto, que em condições análogas, se deu a publicação e lançamento de *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus, na década de 1960. O tratamento dado à autora pela sociedade brasileira, da ascensão meteórica ao ostracismo e o esquecimento total, bem como, a perda da conexão entre literatura e favela pode causar espanto entre os pesquisadores, nós entre eles, que o modelo literário tenha sido escolhido e utilizado pelos moradores da Favela da Rocinha, por ser a escrita um processo estranho à sua realidade, uma vez que as favelas são classificadas arbitrariamente como lugar de forte tradição da cultura oral, onde vive o limitado “homem de ação” (DOSTOIÉVSKI, 2011 p. 1), embrutecido e animalizado pelo fazer cotidiano. Não obstante o fato literário, o custo de produção e organização para se produzir um livro, saber fazer notadamente restrito quase exclusivo a poucos espaços da sociedade, porém, restrição e exclusividade não deveriam ser palavras costumeiras numa democracia.

Por conta das controvérsias entre os próprios moradores da Favela da Rocinha em torno do livro, das paixões e opiniões que levantavam, uma vez que localmente não há um consenso sobre seu valor histórico, segundo algumas entrevistas, por conter algumas versões que são contestadas, o livro é um fato histórico. Mas, devemos perguntar: e as ações que levaram ao livro? Quais dos “grupos” da gigantesca favela – Centro Comunitário da Rua 1; Centro Comunitário da Rua 2; Associação de Moradores – UPMMR; Ação Social Padre Anchieta – ASPA – tocou a ideia inicial? Quem aceitou

participar das entrevistas e quem declinou delas? Houve a opção por não entrevistar “medalhões” ou lideranças comunitárias da favela e com isso a rota de entrevista, com as indicações dos entrevistados cada entrevistado indicava outro e mais outro. Fomos seguindo esse mapa, coletamos o que foi possível. Muitas histórias não foram contadas e com este roteiro vivo seguimos por caminhos políticos não tradicionais da favela: Macega, Roupas Sujas e Pocinho em detrimento das acessíveis Estrada da Gávea e entradas da favela, que revelam que a importância do livro como o testemunho deste movimento político, consciente e sofisticado.

Em plena abertura política no Brasil e final de uma ditadura militar, ecos que vão ressoar forte nas favelas nos anos 1980 e ventos da experimentação democrática parecem que saem dos becos da favela em direção à cidade. O que pode ser plausível, como ensina Gilberto Velho, é “preciso chamar atenção para o fato de que mesmo nas sociedades mais hierarquizadas há momentos, situações ou papéis sociais que permitem a crítica, a relativização ou até o rompimento com a hierarquia” (Velho, 1978, p. 06). Para além de narrar uma história da trajetória de um artefato, objeto ou documento feito pelas mãos de moradores de uma determinada favela, podemos considerar o livro *Varal de Lembranças* um exemplo do princípio de uma prática democrática, a alteridade, cara à tradição política brasileira.

Passadas quase quatro décadas, vamos analisar o livro *Varal de Lembranças* na tentativa de melhor compreender o movimento das pessoas que o geraram. Neste estudo, vamos usar outras lentes, como entrevistas de história oral, para tentar descobrir a que conclusões os participantes chegaram, quantas versões existem do mesmo fato vivido por eles e como eles foram afetados com o autorretrato presente no livro.

O interesse pelo tema da pesquisa é identificar nele a preservação espontânea da memória em favela – proposta por grupos politicamente minoritários. Sua tentativa de sistematização não é apenas um ponto a ser explorado nas pesquisas, pois abre espaço para variadas tomadas de posição. É, sobretudo, um tema fundamental para a compreensão do pensamento político brasileiro e ocidental sobre a disputa em torno da construção do imaginário de grupos que dividem a mesma cidade com relações ambíguas: colonizadores citadinos europeus e colonizados naturais em áreas geográficas de exceção, com formas alheias de vida e “assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei” (GANDAVO, 2008, p. 65). Sem memória, história ou escrita, esses habitantes das periferias representam quase a uma não-humanidade.

O livro *Varal de Lembranças* será o primeiro livro publicado por um coletivo em favela e servirá de modelo em diferentes cenários, periféricos, em outros estados do Brasil. Desta forma, supomos que o tema em torno das identidades, com seu jogo de aproximação, de distanciamento e de reconhecimento, já era debatido nos espaços da favela antes da publicação do livro e que, provavelmente, era um assunto comum nas reuniões da Associação de Moradores – essa sob intervenção de uma junta governativa – ou nas rodas de samba dos três blocos carnavalescos da favela “em qualquer morro... vai encontrar uma enciclopédia de arte contando o que foi o Brasil do passado e do presente” (Varal, 1983, p. 03)

Porém, no debate sobre as políticas de identidade nos importa mais “os movimentos que conspiram para complicar e subverter a identidade” (SILVA, 2000, p. 86), numa recusa à fixação de uma identidade imposta e com referências alheias, ou que fazem seu uso deliberado pondo em xeque seus papéis: porteiro/madame, empregada/patroa ou soldado/general, expondo suas mútuas necessidades enquanto elementos constituintes das identidades de um e outro – sem os quais ambos não existem – e como lidar com a hibridização que, segundo o crítico pós-colonial Homi K. Bhabha, afeta o poder, e com a criação do “terceiro espaço” (BHABA, 1990, p. 211) há o deslocamento do centro do poder, sutil, e esse não mais será decidido unilateralmente pela identidade hegemônica, porque “ele introduz uma diferença que constitui a possibilidade de seu questionamento.”(SILVA, 2000, p. 87).

O Varal de lembranças e as histórias da Rocinha

Quando o “pessoal do livro” coletou as memórias para publicar *Varal de Lembranças*, a Favela da Rocinha já era sexagenária, com expressivo número populacional, embora, em termos oficiais, essa informação não exista⁷ no Censo do IBGE de 1980. Somente com o censo de 2010 é que o IBGE passa a investigar os aglomerados subnormais, mesmo assim, somente para as grandes favelas: Rocinha, Maré, Jacaré, Rio

⁷ Os dados inconclusivos do IBGE confundem até especialistas: “No entanto, mesmo sendo oficiais, os dados não coincidiram, valendo assinalar a discrepância logo observada entre as duas fontes: o Censo Demográfico de 1950 encontrou 58 favelas em vez dos 105 aglomerados identificados pela Prefeitura do Distrito Federal dois anos antes, registrando uma população de 169.305 moradores. Como não houve remoção ou supressão de favelas nesse período, a brutal diferença entre o número de aglomerados seria explicada pela diversidade dos critérios de definição” (VALLADARES, Lícia. *A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 15, n.º44. p. 24)

das Pedras, Acari, entre outras. O museu local, Sankofa⁸ Memória e História da Favela da Rocinha, guarda em seu acervo registros que datam a ocupação da região da década de 1920 e sua “expansão ocorreu nos anos de 1960, com a remoção de outras favelas da zona sul da cidade e com a chegada dos imigrantes” (LIMA, 2008, p. 26). A favela situada na zona sul carioca, entre os bairros Gávea e São Conrado, foi transformada em bairro em 1990, por decreto da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, criando a 27ª Região Administrativa.

A ocupação da Favela da Rocinha se inicia pela parte alta do morro, onde está situada a Rua 1, e espalha-se em direção à antiga praia da Gávea, atual praia de São Conrado. A favela desenvolve-se quando os trabalhadores das fábricas de tecidos da região da Gávea trocam os subúrbios onde moram por outras residências mais próximas ao local de trabalho e, de passagem, vão dando nomes ao território: Dioneia, Jaqueira, Pocinho, Macega, Terreirão, Rua 1, Cesáreo, Pastor Almir, Sansão etc. Era o início de um movimento de crescimento populacional que atravessaria o século XX, mas esses dados não vistos sem polêmicas. O governo do estado realizou, em 2010, o censo na Favela da Rocinha para subsidiar as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que registrou 101 mil habitantes, contra 67 mil computados pelo IBGE (2010).

As várias tentativas de remoção ao longo de sua história, que vão desde os governos de Carlos Lacerda (1960) a Negrão de Lima (1965), chegando a Luiz Paulo Conde (1997) e Eduardo Paes (2009-2017), também foram importantes para formar as novas identidades, num amálgama, do que viria a ser a Favela da Rocinha. Uma identidade que se construía a partir da luta comum com bases nas incertezas anteriores, pois são “retiráveis”, tomando de empréstimo a Agamben (*Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*, (2002) e os “matáveis”, outrora retirantes, migrantes – ribeirinhos, lavradores, indígenas, quilombolas – favelados.

Diante deste cenário de guerra declarada, provocada pela iminência das remoções, e permanência silenciosa dos que não tinham para onde ir, os contatos entre os favelados e os cidadãos vão se dar, mesmo que de forma desigual: daqueles que querem pagar pouco pelo serviço (e pelo acúmulo de trabalho) que lhes dá liberdade, e aqueles que, silenciados pela posição clandestina devem em silêncio prestar seus serviços sem reclamar. Essa integração resulta em conflitos, ainda que sem palavras, pois colocam em choque dois modelos de vida diferentes. De um lado, as favelas com sua política de autonomia e

⁸ Sankofa é um mitológico pássaro africano que segundo a mitologia dos Povos Akan, significa, aproximadamente, voltar ao passado para ressignificar o presente.

independência de uma “sociedade contra o estado” (CLASTRES, 2003), fechadas em seus pequenos territórios; do outro, um Estado integrado (na cobrança, mas não na distribuição, de impostos) representado pela cidade que pensa reunir sob sua autoimagem a diversidade da sociedade, porém, numa hierarquia que organiza, mapeia. Portanto, cada categoria social tem o seu lugar através de estereótipos como, por exemplo: o trabalhador nordestino, “paraíba”, é ignorante, infantil, subnutrido” (VELHO, 1978, p. 06).

Os embates contra o Estado marcaram a geração do “pessoal do livro” e essas relações tensas aparecem na composição do livro, forma narrativa escolhida para que possa ser compreendido por um outro intérprete: o grupo e seus representados, com suas memórias e histórias, dessa vez no suporte papel, não divergindo, mas duplicando a oralidade. Numa tomada revolucionária do calendário, subdividem o livro em tempos, em uma conformação segundo os tempos das obrigações: orar, ir à luta e trabalhar; fórmula atualizada da antiga divisão medieval, agora somada dentro desses indivíduos que passam a ser ao mesmo tempo *oratores*, *bellatores* e *laboratores*. Numa percepção de que “cada tempo desses não tem um limite cronológico rígido, exato. O ontem e o hoje se trançam e se retrançam” (VARAL, 1983, p. 07); e, muito importante: “esses tempos são marcos, são setas que vão indicando a curvas das histórias” (VARAL, 1983, p. 07)

Mesmo sem aparente intenção, sem o costume e sem o dom da palavra escrita, os autores procuraram mostrar os conflitos daquela sociedade e, nessa composição, descreveram os detalhes sobre quem eram, de onde vieram, suas tradições, formas de organização e pensamento. É nesse contexto de alfabetização tardia, de extrema desigualdade social, do alto de uma favela, contra um Estado e sob uma ditadura militar que se insere o livro *Varal de Lembranças*. Um momento no qual o debate sobre democracia passa por estudantes de alfabetização de jovens e adultos. Se a discussão não é direta na abstração teórica, é discutida e realizada na prática. Debates populares, em favelas, sobre democracia, acesso e justiça social são pontos controversos e ainda não resolvidos nos dias de hoje na sociedade hierarquizada de modo geral, por diversas razões. Uma delas é a firme crença na fixidez dos papéis sociais, e de que nesses espaços animalizados não há o costume do debate, algo que seria apenas típico do Estado.

Podemos compreender o livro *Varal de Lembranças* como uma das tentativas de sistematização e organização das memórias dos moradores e da ocupação da Favela da Rocinha, e, mais importante, a construção de uma outra narrativa partindo de um ponto inusitado – seu autorretrato, relatando suas diferentes origens e chegada ao mesmo espaço.

O registro do diálogo de Heber Boscoli (1983) traz uma evidência sobre porque expor sua vida num livro: “acho que é mania de pobre, principalmente a gente favelado quer registrar uma coisa: faz música, um samba principalmente” (VARAL, 1983, p. 03). O projeto, entretanto, já trazia em si a pretensão para além da representação individual: “nosso livro não é só a história da Rocinha. De quantas favelas? É uma história do campo que vem aos morros. Uma história que sempre se tentou esconder” (VARAL, 1983, p.09). É, também, um questionamento de estudantes favelados de uma escola noturna, em pleno exercício da liberdade imaginativa e na prática da escrita de sua dura realidade, que se transformará em livro, já que essa não é a história ensinada na escola.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, o primeiro capítulo *Estudantes de EJA como autores do livro Varal de lembranças*, apresentamos o perfil dos estudantes para compreendermos a motivação dos mesmos no contexto de escrita de um livro. Nesta seção problematizaremos o panorama sociopolítico em que viveram, sua experiência de vida, expectativas e o caminho percorrido, após todo o trabalho de aprendizado, descoberta e coleta de dados, a forma como o livro foi composto e a etapa de publicação. Essas informações serão importantes para seguirmos para os dois próximos capítulos.

Após o processo de auto descoberta, estranhamento numa sociedade hierarquizada, social e racialmente, analisada no primeiro capítulo, a proposta do segundo capítulo *O que eles escolheram dizer no livro* é analisar como elaboram seu pensamento político diante das formas diferentes e hierarquizantes da sociedade na qual estão inseridos e a partir dessa referência observar o que escolheram registrar, quais fatos, que tipo de abordagem deram a assuntos do seu cotidiano, da mesma forma podemos ver a relevância dada para determinados assuntos e traremos testemunhos dos autores, sua visão de vida, suas experiências.

No terceiro capítulo *Identidade ou identidades* nos dedicamos a uma investigação tendo como base as entrevistas de alguns dos participantes do processo de elaboração do livro, sobre a questão da identidade. As entrevistas, no formato semiestruturado, nos ajudaram a pensar sobre o assunto, que foi o objeto desta investigação

CAPÍTULO 1:

ESTUDANTES DE EJA COMO AUTORES DO LIVRO VARAL DE LEMBRANÇAS DE 1983.

1.1. Os estudantes e o livro

O livro *Varal de lembranças*, publicado em 1983, foi o resultado de um exercício de construção de autoimagem feito por um grupo de estudantes de educação de jovens e adultos – EJA, na Favela da Rocinha, situada na zona sul carioca que, à época, ostentava o título de maior favela da América Latina. Faziam parte da equipe professores, educadores comunitários, fotógrafos, membros da associação de moradores da favela, representantes de centros comunitários, interessados nas origens da história local, que tinham fontes em fragmentos de carta, retratos de álbuns, poesias, folhetos, sambas e recortes de jornal. Estes atores emendaram lembranças e guardados para criar um livro. A pesquisa que deu origem a este livro surgiu num curso de Estudos Sociais⁹ da escola noturna da Ação Social Padre Anchieta – ASPA. Este estudo permitiu esclarecer processos sociais nos quais os estudantes estavam inseridos, “inclusive a maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo” (ELIAS, 2000) e vivenciar as formas do olhar numa sociedade hierarquizada.

⁹ Durante os governos militares, após a promulgação da Lei 5.692 de 23 de agosto de 1971, foi promovida uma mudança nos currículos com impacto no ensino da História ao estabelecer a disciplina escolar Estudos Sociais em substituição à História e Geografia no Primeiro Grau, então nova terminologia para os antigos cursos Primário, Ginásial e Colegial, atualmente Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

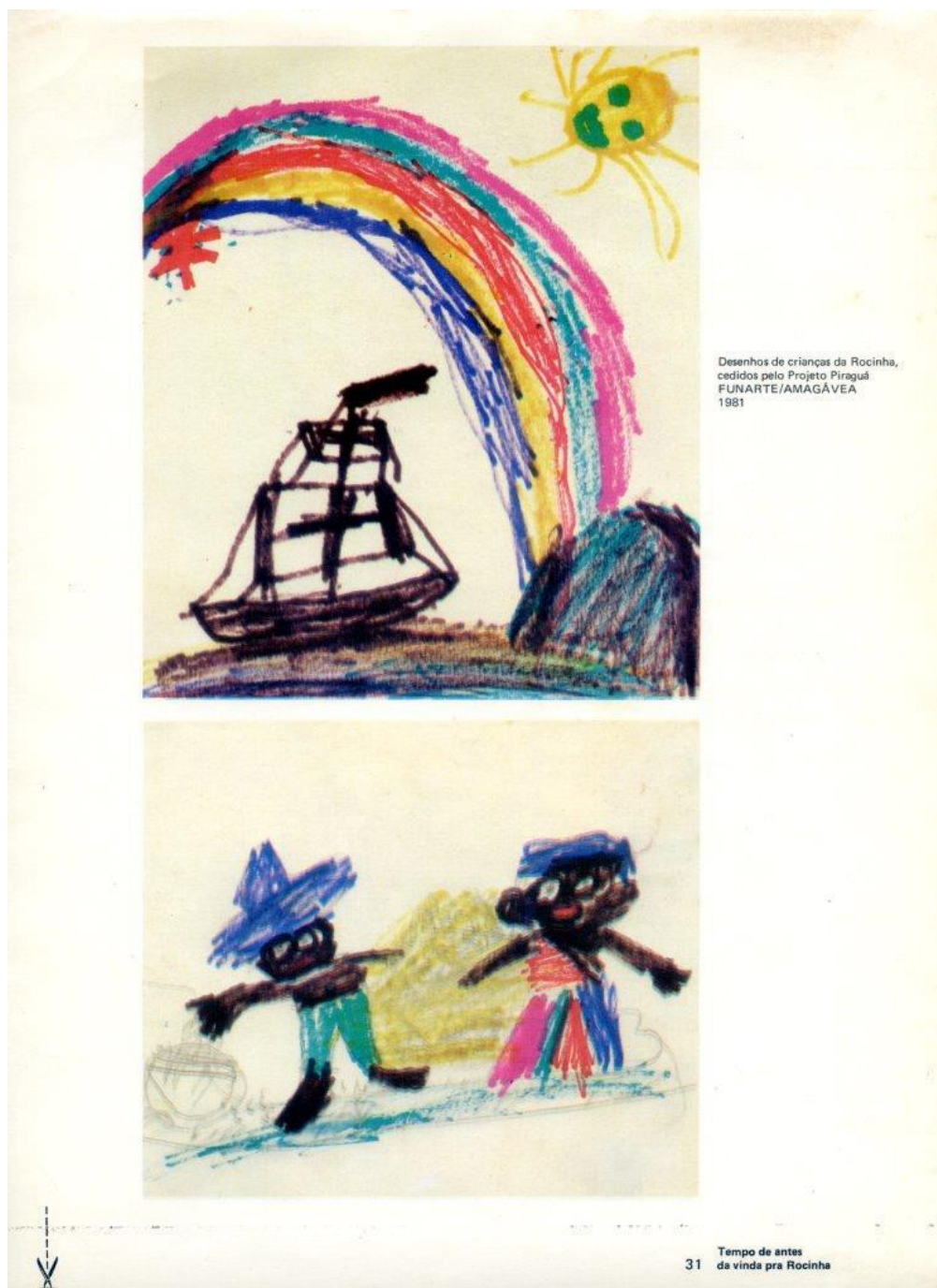


Figura 1: Desenho de crianças da Rocinha. Projeto Piraguá, (1981)
Fonte Varal de lembranças, 1983, p. 31

PAPO DE BIROSQUEIRO

Francisco Eliseu Cosmo,
o Chico Barbeiro

11/11/1980

Desde que eu cheguei aqui, há vinte e três anos, que o meu trabalho primeiro foi barbeiro. Comprei a barbearia de um pernambucano. Cortava um cabelo, naquela época, a três mil réis. Um prato de comida aqui na Rocinha, naquela época era dois mil réis. A gente almoçava ali na casa de uma pretinha. Era quatorze mil réis por semana, de almoço todo dia. Aí, comprei a barbearia no Largo do Boiadeiro por quatrocentos contos. Depois, peguei a barbearia, troquei por um caminhão, recebi duzentos contos de volta. Eu tinha uma birosca, aqui desse lado, também.

Quando eu vim pra esse Bairro Barcelos, não tinha aqui nenhuma casa. A primeira casa que foi feita foi a do Seu Carnera, Paulo Guabo, e a terceira foi a do Chicão. Depois começaram a se espalhar as construções.

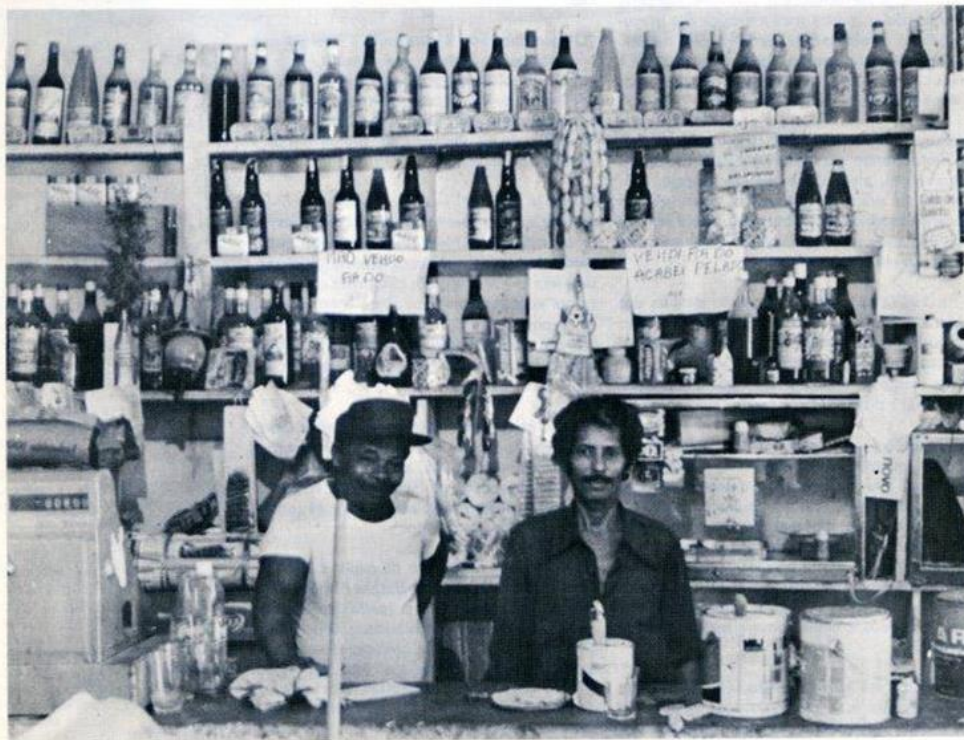
Naquele tempo, tinha barraco por todo canto, mas era barraco salteado, distante um do outro. De resto era tudo mato. Era sítio de banana, era pé de jaca, laranja. . . Não, que nunca teve laranja aqui. (Risos). Tinha roçado aí pra dentro. Eram aquelas veredas, aqueles caminhos por dentro do mato.

O lugarzinho melhor era o Boiadeiro. Tinha só a COFAP — que era casa de comércio —, o depósito do Seu Zé Boiadeiro, a casa do Seu Carnera em cima da ponte e casa mais nenhuma tinha. Depois eles foram criando esse lado que vai sair lá na passarela. Fizeram um barraquinho de tábua ali. Era onde tinha uma cearense com o nome de Brasília. (Risos). Tinha o finado Manuel Preto, tinha o Seu Augusto Pernambuco. . . Foi construindo. . .

Naquele tempo eu botava material pra eles. Era eu e o Misael da Cidade Nova. Nosso serviço era botar material para a construção dessas casas.

Naquele tempo isso aqui era vendido por lote. Parece que era cinquenta contos de réis.

Seu Baiano e
Francisco Eliseu Cosmo,
o Chico Barbeiro
Foto de Fábio Costa Silva



Tempo dos barracos
cobertos com papéis pichado

Figura 2: Seu Baiano e Francisco Eliseu Cosmo, o Chico Barbeiro
Fonte: Varal de lembranças, 1983, p. 58

Após 38 anos da publicação do livro, alguns participantes foram entrevistados para dizer como foi sua experiência nesta publicação inédita, por ser coletiva e por ser assinada por uma associação de moradores de uma favela. Se havia especulação sobre a capacidade de organização dessas instituições, este processo é uma prova esclarecedora dessa interação, mesmo que para evidenciar as desigualdades entre os grupos sociais, entre o mundo da favela, de trabalhadores moradores dos morros sempre vistos como marginais e alienados de sua história, assim como o mundo do asfalto com sua história oficial e única.

Ser aluno de alfabetização de jovens e adultos em cursos noturnos foi o caminho encontrado por trabalhadores que tiveram que priorizar sua subsistência e, por esse motivo, não concluíram ou frequentaram o ensino regular em “idade padrão”. “Alunos de EJA¹⁰”: é dessa forma que jovens, adultos e idosos vão em busca de alfabetização nos fins da década de 1970, e não diferem de outros milhões de moradores urbanos de periferias e áreas rurais do Brasil. Trabalham durante a semana – cozinheira, balconista, datilógrafa – sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, traço que não aparenta ter sido um fator decisivo para a consciência de seu papel cultural. Aceitam o desafio de pensar e escrever suas próprias memórias, além de coletar experiências de outros moradores da favela onde vivem, através de escuta ativa e paciente, que serão guardadas em seus gravadores para ajudar a compor aquilo que não sabiam sobre a origem de sua localidade. Com isso, escreverão um livro com uma história que perceberam que estava faltando: a sua.

A experiência dos estudantes na criação do livro tem três fases: a primeira, com a formação da turma, composta por pessoas aparentemente sem conexões entre si, e tendo como fio condutor a busca pela alfabetização tardia no sistema de supletivo noturno; a segunda, partindo das “leituras”, tanto dos livros didáticos quanto dos fragmentos de suas vidas, o que os confronta com o reconhecimento de uma história deficitária e que precisava ser composta; a terceira, com a ousadia em catalogar diferentes relatos de histórias sobre a vida na favela para publicação, mesmo que diante das divergências de narrativas apresentadas: “[...] começamos a descobrir histórias que se trançavam com outras histórias, que explicavam outras histórias: ‘– Eu não sabia que tinha sido assim...’;

¹⁰ A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino em etapas, compreendendo o ensino fundamental e médio da rede escolar que atende jovens e adultos que não concluíram ou frequentaram o ensino regular em idade apropriada.

‘– Isso que ele falou foi pura cascata’; ‘– Mais de três já contou a mesma história, diferente’”. (VARAL 1983, p. 05).

A prática democrática do processo da construção do livro adotada pelos estudantes considerou as muitas versões como possibilidades que derivam de uma mesma experiência coletiva. Desse modo, trabalhamos com um documento histórico rico em narrativas e que nos deixam cientes de uma realidade com um número menor de filtros analíticos, sejam eles românticos, religiosos ou políticos: nem pessoas precárias e nem revolucionários raivosos como descreve a antropóloga Janice Perlman, que esse era o pesadelo/medo da direita e o sonho/esperança da esquerda:

[...] era amplamente pensado que os moradores daquelas cabanas precárias eram eles mesmos precários, e que ao compararem suas condições de vida com a opulência ao redor eles se tornariam revolucionários raivosos. Esse era o pesadelo/medo da direita e o sonho/esperança da esquerda. (PERLMAN, 2003 p. 06).

Se os dados oficiais, como o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, não são fontes confiáveis para grupos minoritários, os habitantes de favelas podem ser abrangidos pela definição sociológica de minoria política, uma vez que essa refere-se a grupos sociais historicamente excluídos do processo de garantia dos direitos básicos por questões étnicas, questões de origem, questões financeiras, questões de gênero e sexualidade e de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, como idosos e portadores de necessidades especiais. As informações autocoletadas sobre este sujeito anônimo e coletivo estão descritas ao longo do livro. Algumas, porém, estão nas primeiras páginas, a partir de uma lista com seus nomes, e nos dão fragmentos de seu lugar de nascimento, escolaridade, idade e ocupação social o que indica uma diversa experiência cultural.

Sobre sua população existe uma dúvida quanto aos números apresentados pelo último Censo de 2000. No banco de dados do Instituto Pereira Passos consta que a Rocinha tem uma população de 56.338 pessoas. Suas lideranças questionam este número, dizendo que a Rocinha tem uma população de 200 mil habitantes. É uma diferença bastante significativa para a formulação de políticas públicas. O governo do estado está fazendo um censo na Rocinha para subsidiar as ações do PAC Social (Lima, 2008, p.37).

A Secretaria de Casa Civil do estado do Rio de Janeiro, órgão da administração pública tem, entre outras funções, a responsabilidade pelo planejamento e execução de grande parte dos projetos estratégicos e de gestão da administração do estado. Essa

secretaria realizou, em 2011, o censo das favelas, e na Rocinha chegou ao número de 98.319¹¹ habitantes, uma diferença relativamente considerável dos 69.356¹² recenseados pelo IBGE no ano de 2010, dados que servem de apoio para que o governo realize o planejamento de políticas públicas e intervenções urbanas nos estados e nos municípios do Brasil. Esse “apoio em dados qualificados”, missão do Instituto Pereira Passos (IPP) - instituto de pesquisa do Governo da Cidade do Rio de Janeiro que tem como finalidade a produção de dados e conhecimentos de gestão para o planejamento estratégico e integração de políticas públicas, mapeamento, produção cartográfica. Segundo aponta o relatório *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*, do IPP, a incompatibilidade nos números apresentados – o que não resulta na alteração e correção na realidade destas áreas impactadas – aponta a dificuldade da aplicação de políticas devido ao expressivo volume da população desta favela, dados que reorientam sobre o real tamanho da favela da Rocinha, que “é uma das quatro “RA - favela” criadas na década de 1980 para facilitar a atuação do Poder Público nessas áreas superdensas. As outras foram o Complexo do Alemão, o Complexo da Maré e o Jacarezinho” (IPP, 2012, p. 12).

O município do Rio de Janeiro é dividido oficialmente em 33 Regiões Administrativas - RA, que têm por finalidade facilitar a administração e a governabilidade de uma determinada área. Em 1981, a favela estava sob administração da VI RA Lagoa, mas seu nome não aparece na lista oficial dos bairros ou regiões atendidas - Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, Vidigal, São Conrado. O Decreto 6011, de 4-8-1986, cria a XXVII Região Administrativa – RA, Rocinha, que tem como área de abrangência somente a favela e será criado e delimitado como Bairro da Rocinha pela Lei 1995 de 18-6-1993.

¹¹ http://arquivos.proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/Apres_censo.pdf, p. 21

¹² http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudosocariocas/download5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF

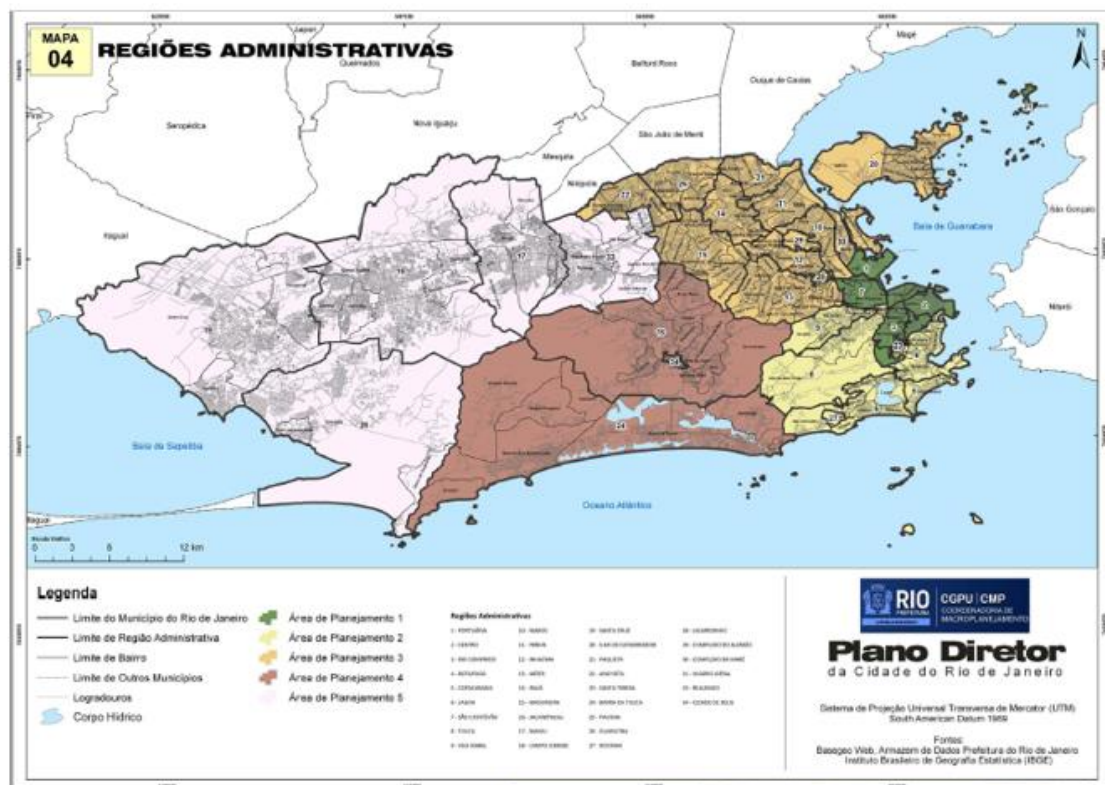


Figura 3: Mapa de regiões administrativas – RJ.

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/139339/DLFE-242120.pdf/>

Desse modo, existe uma diferença de percepção entre os agentes do estado e a população afetada pelos dados do censo, e a acima de um ex-morador da Rocinha soma-se à antecipação feita na publicação do livro, em 1983, e sua denúncia de que “– Muitas histórias não foram contadas. Imagine, cento e vinte mil moradores” (VARAL, 1983, p. 06).

Em 1925 ou 26, houve por aqui um loteamento a cargo de uma companhia, a Castro Guidão, cujo destino nos é desconhecido. Ela traçou plantas da Rocinha, das quais ainda existem por aí algumas cópias. Nesse projeto havia mesmo a demarcação de ruas, do que resultou existirem até agora, na Rocinha, caminhos indefinidos com a denominação de “ruas”. Ruas 1, 2, 3, 4, que com o grande fluxo de população, estão se caracterizando como sub-bairros, com consequente formação de grupos sociais bem diversos entre si, como por exemplo, o “pessoal da Rua 1”. (VARAL, 1983. p 36).

Desse modo, temos as informações sobre os autores do *Varal de lembranças*, nos autógrafos de sua autodeclaração: “– Embora não cursando o quinto ano ginasial, sou carteiro de concurso, tenho honra, aprendi às minhas custas, por necessidade.” (VARAL, 1983, p. 76). O mesmo aparece na forma de autobiografia nas páginas do livro, pela voz de moradores nascidos em diversas regiões do país, mas com origem no interior, com

idades das mais variadas. Contemporâneos, porém, da ditadura militar e do acirramento dos confrontos que aumentaram o êxodo rural que contribuiu para a construção de uma identidade comum e heterogênea que nos recorda o esquema “estabelecidos e *outsiders*” de Elias (2000). Um grupo herdeiro de uma tradição oral e que na cidade vão experimentar em suas vidas aquilo que Bhabha denomina “terceiro espaço” quando, nas disputas e tentativa de imposição de identidades de forças aparentemente desiguais, há o deslocamento do centro do poder, sutil, e esse não mais será decidido unilateralmente pela identidade hegemônica. Esse movimento, então, “introduz uma diferença que constitui a possibilidade de seu questionamento.” (SILVA, 2000, p. 87).

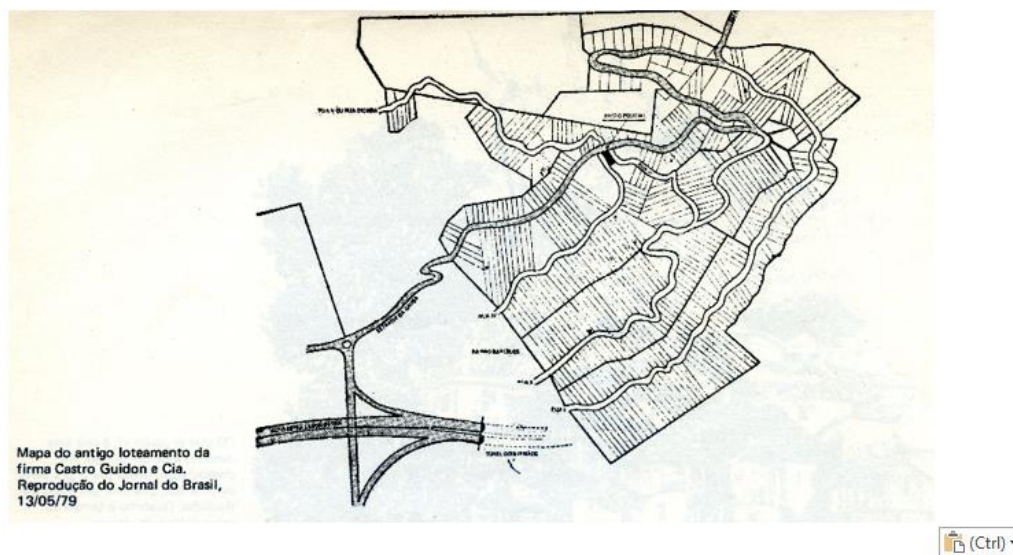


Figura 4: Mapa antigo loteamento. Fonte: livro Varal de lembranças.

Desclassificados e genuínos herdeiros da gente livre pobre que descambou com frequência para as margens da sociedade e que, se foi no século XVIII, predominantemente negra e mestiça, bastarda e oriunda de casas dirigidas por mulheres sozinhas, atualmente, nas páginas dos noticiários, ainda mantêm a imagem de viver na franja da sociedade organizada. E, tanto hoje, como no passado recente, “apresentava uma mescla curiosa de crime e trabalho, liberdade e cativo, norma e infração” (SOUZA, 1986, p. 144) e se, em tempos de um Brasil ainda Colônia, a instabilidade da fortuna permitiu apenas a construção de habitações “espalhadas pelas encostas do morros

ou dependuradas sobre despenhadeiros, cobertas com capim e com folhas de palmeiras, e tendo por piso o solo de terra esburacada”. (SOUZA,1986, P. 144).

Se antes “nas vilas, a gente pobre se fixava nas zonas periféricas” (SOUZA, 1986, p. 145), o mesmo ainda se repete nas cidades e “a tese de Gilberto Freyre de que era essa camada social a pior alimentada da colônia” (SOUZA,1986, p.145) também sustenta, na década de 1970, o olhar sobre a população “deploravelmente raquítica e pobre” (SOUZA,1986, p.145) e que “pode ser atribuído à sua alimentação miserável” (SOUZA,1986, p.145). Tal efeito tinha como proposta de solução a alimentação complementar nas escolas durante o período de férias.

As histórias do livro narram uma certa permanência através dos séculos na sobrevivência na técnica de construção de uma sustentabilidade imposta pelo meio social numa favela do século XX: “[...] uma tábua, um pedaço de lata, uma banda de pneu, uma telha de papelão. Se martela, se coloca piche, se amarra com arame, com corda. Ajeita o sopapo, planta os pés do barraco. Cava o chão, bota as colunas, enche as sapatas, alinha tijolo, vira laje, assenta portas, janela, emboça paredes, pinta” (VARAL,1983, p. 04).



Figura 5: Página marcando a divisão dos capítulos/Tempos.
Fonte: livro Varal de lembranças

O livro que os estudantes produzirão será uma série de narrativas a respeito de suas próprias histórias, tanto de suas experiências em seu novo lugar de moradia, a Rocinha, quanto de suas histórias anteriores à chegada à favela, como migrantes e também alvo de remoção de outras favelas. Um dos autores, inclusive, era, em 1969, um dos 7.000 moradores da favela Praia do Pinto, situada bem no centro do bairro do Leblon, e que foi atingida por um incêndio que culminou sua erradicação, pois “muitas famílias não conseguiram salvar nem seus poucos haveres, e os líderes da ‘resistência passiva’ desapareceram completamente, deixando suas famílias em desespero” (PERLMAN, 1976, p. 377).

A bem-sucedida experiência de uma publicação de autoria coletiva, já que o livro chegou a ser distribuído em diversas instituições na Rocinha, serviu, também, para inspirar, mesmo que de forma inconsciente, autores de outras organizações na Rocinha, notadamente instituições voltadas para o ensino, como a escola municipal Francisco de Paula Brito, unidade escolar mais antiga em funcionamento na localidade e que atende ao ensino fundamental, situada geograficamente no meio da favela e a Casa Espírita Maria de Nazaré, ONG localizada na parte alta da favela, região nomeada pelos moradores como a Rua 1. Essa ação pioneira levou à publicação de três outras publicações ainda na década de 1980. Podemos supor que a “turma do livro”, nome como foram apelidados, à época, os estudantes/pesquisadores/entrevistadores, com seu método de pesquisa baseado nas memórias, funcionou como estímulo e fonte de inspiração, influenciando o que vamos chamar de “outros movimentos literários”, para nos referirmos à sequência de livros publicados na favela da Rocinha neste mesmo período: *A Gata Vitória Caiu na Lixeira e Acabou-se a Estória* (Editora Salamandra, 1983); *Picolé, Picolé água pura ninguém quer: estórias da Rocinha* (Editora Salamandra, 1983); e *Fala Maria Favela* (Editora Ática, 1987).

Todos eles assinarão o livro de sua autoria e elencarão seus nomes, idades e postos de serviços - vigia, costureira, crecheira, birosqueiro, biscateiro, cozinheira - personagens subalternos que reivindicam de volta para si sua humanidade, afinal “[...] este é um livro sobre a nossa história. A história da Rocinha, história de uma grande parcela da sociedade brasileira, política, social e economicamente discriminada. E quem são os autores? Somos nós mesmos” (VARAL, 1983, p. 09) e o livro será o veículo da notícia de que é preciso diálogo e que essas pessoas serão encontradas, inclusive, nos morros “[...] de chinelo, de pé no chão, mas vai encontrar uma enciclopédia de arte, contando o que foi o Brasil do passado e do presente”. (VARAL, 1983, p, 03).

NOME	OCUPAÇÃO	ORIGEM	IDADE
Alberto Moreira Lima	Fotógrafo/pintor	Baiano	52
Antonio Carlos Fernandes, O Tuninho	Arte finalista		28
Antonio de Oliveira Lima, o Oliveira	Comerciário, Presidente licenciado UPMMR	Cearense	36
Antonio Estevão Nascimento	Vigia, motorista		62
Antonio Miranda	Mensageiro		28
Avelina Maria de Jesus	Crecheira		
Bernardino Francisco de Souza	Carpinteiro		
Caetano Evangelista dos Santos	Biscateiro		56
Carlinhos dos Santos	Compositor		
Carlos Alberto	Compositor		
Carlos Roberto	Compositor letrista	Carioca	
Cristiane Pessoa Lima	Estudante	Carioca	6
Dalva Celeste de Melo	Secretária, catequista	Mineira	32
Deyse Lúcida da Silva Ferreira	Educadora comunitária	Carioca	20
Fábio Costa Silva	Fotógrafo	Carioca	23
Francisca Honorata Nóbrega de Oliveira	Coordenadora do projeto Fé e Luz Na Rocinha para excepcionais		34
Francisco de Assis Pereira dos Santos	Bancário, coordenador		
Francisco Eliseu Cosmo, O Chico Barbeiro	Birosqueiro	Paraibano	47
Francisca Elisa Pirozzi, a D. Elisa	Costureira, Educadora comunitária		
Francisco Mota	Músico	Cearense	39
Francisco de Assis Pereira dos Santos	Bancário, coordenador		
O Seu Carnêra	Comerciante		156 anos De Rocinha
Germelina de Araújo Silva, A Loló	Cabeleireira	Cearense	17
Guilhermina Coelho da Silva	Funcionária têxtil, Aposentada		55 anos De Rocinha
Gonçala Norberta Araújo Pereira	Educadora comunitária	Cearense	
Heber Bôscoli Leal, O Hebinho	Compositor	Carioca	25
Inácio de Almeida	Faxineiro a domicílio, Poeta		73
Iracy Carlos de Lima	Balconista	Carioca	18
Ismael Elias da Silva	Vendedor, ex-presidente da UPMMR		22 anos De Rocinha
Ivan do União Futebol Clube			
Ivan Martins do Unidos da Rocinha	Bancário		27
Ivens Guedes	Barbeiro		63
Jonas da Conceição	Vendedor	Carioca	33
Jonas Januário da Silva, O Seu Jonas da Feira			
José Benigno da Rocha, O Zé das Joias	Vendedor	Alagoano	69
José da Silva Macedo, O Zezinho da Sapataria	Comerciante	Cearense	35
José Henrique	Compositor	Carioca	22

Tabela 1. Dados dos moradores. Fonte: Varal de lembranças, 1983, p. 10 e 11

O projeto de publicação do livro *Varal de Lembranças* só foi possível porque foi financiado. Após o encerramento da coleta de dados, chega a etapa de juntar todas as entrevistas, fazer o índice de cada uma delas, de modo a ver como seriam relacionados, uma vez que havia grande recorrência de fatos e uma absoluta falta de datas, mas que foi prontamente substituída pela noção de um tempo mais largo da memória social, não necessariamente o tempo cronológico, ainda assim, tomando como base o presente no qual se refletia sobre a memória, com suas idas e vindas. Dessa forma, resolvendo a questão da não linearidade do tempo: Tempo antes da vinda pra Rocinha; Tempo dos barracos cobertos com telha de papelão pichado; Tempo dos políticos; Tempo das enchentes; Tempo do medo da remoção; Tempo de hoje em dia. “É. Naquele tempo, não existia ferro elétrico de passar roupa. Não tinha luz nas casas. Algumas casas que tinham luz, eram casas mais luxuosas. (VARAL, 1983. p. 45)

Podemos observar os modelos mentais que orientam a memória, e que essa não se pauta em linearidades na construção das noções de tempo e das identidades com a valorização de marcos históricos e lugares de memória produzidos por diferentes grupos sociais, que passam a reconhecer outros espaços/tempos como representantes de seu passado, revelando transformações ocorridas na sociedade atual que nos indicam variadas possibilidades de repensar a história.

Naquele tempo, aqui se vivia de fazer carvão. A fartura era muita. A água era ao deus-dará. Peixe? Sobrava peixe aqui na Rocinha. O vendedor de leite era o Cesário. Tinha muitas cabras por aqui, mas ele foi o primeiro a trazer leite pras crianças. A geladeira eram as nascentes d’água ou tanques de água corrente, a gente botava as coisas, bebida, pra conservar. (GUEDES, 1982)¹³

Após um exaustivo trabalho de escuta, transcrição e edição das fitas gravadas - com equipamentos todos emprestados, como uma das duas máquinas de escrever que pertenciam à Fundação Leão XIII, local onde uma das coordenadoras havia feito um curso de datilografia e as pilhas usadas no gravador eram doação dos participantes – uma tarefa longa, cansativa e emocionante, pois o livro tem, nas primeiras páginas, a dedicatória ao menino Gilmar, assassinado pela polícia.

Dedicar a quem?
Teria tantas pessoas.
Motivo não faltava.
Lembramos que a história não termina na última página.

¹³ Entrevista de Ivens Guedes, 04/01/1982. In: VARAL, 1983. p. 47.

Ela continua como uma esperança.
 ESPERANÇA! Eis a palavra-chave.
 Lembramos de criança, lembramos de Gilmar morto
 (28 de outubro de 1981) durante uma batida policial.
 GILMAR MORREU E AGORA?
 Dedicamos este livro a Gilmar, a todas as outras crianças que
 sofreram violências da polícia, matando suas primeiras
 raízes de esperança.
 Dedicamos este livro a todos os meninos e meninas da
 Rocinha.
 QUEREMOS A ESPERANÇA DO AMANHÃ VIVA.
 (VARAL, 1983. p. 12).

Nesse contexto de recortar, editar, pensar os tempos e organizar o material primário surge a necessidade de responder à pergunta de como farão para editar o livro? Quem poderia publicar? De onde poderiam vir os recursos em pleno momento de abertura política da ditadura militar?

Devido a algum canal de comunicação, que não se sabe ao certo, eles têm conhecimento de um edital da secretaria de cultura, que era, então, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura - MEC e com uma equipe que estava articulando a saída da ditadura e resolve apoiar vários projetos de educação popular no país. A ideia era não somente contatar, mas também apoiar financeiramente essas iniciativas anônimas, muitas clandestinas ou semiclandestinas.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criado em 1937, manifestava em documentos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio e, em 1975, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, cuja proposta de orientar a discussão sobre os sentidos da preservação e para a ampliação da concepção de patrimônio com atenção para a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos. A valorização da diversidade regional, contra os riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação, a questão do alcance e da defesa permanente do patrimônio histórico e artístico do Brasil e da educação popular foram tocadas com o Projeto Interação.

O CNRC propugnava a formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações e a futura instalação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações referentes à cultura brasileira. Assim, buscavam-se formas de aproximação com o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais, reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também o destino de sua própria cultura. (IPHAN, 2014, p.07).

O Projeto Interação tinha em sua linha programática de número três, “Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país”, cuja finalidade era desenvolver ações que proporcionariam à comunidade os meios para participação no processo educacional, tornando possível a manifestação de outros conteúdos culturais com valores internos ao grupo, apontando para uma educação popular como um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país. O Projeto defendia a participação da comunidade e dos professores nos processos educacionais, na produção de alternativas de ensino e dos métodos didáticos e contou com a participação de órgãos vinculados à cultura – EMBRAFILME, FUNARTE, Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN, Instituto Nacional do Livro – INL e Fundação Nacional Pró-Memória, Secretaria de Cultura do Ministério da Educação – SEC/MEC, entre os anos 1982 e 1986.

A proposta defendida pelo Projeto Interação consistia, de acordo com documentos disponíveis, no apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. Partia da constatação da ineficácia de propostas pedagógicas que deixavam de levar em conta as especificidades da dinâmica cultural local e não correspondiam às necessidades de seu público-alvo. Em contraposição, procurava relacionar a Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no país e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável. (EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Histórico, conceitos e processos, 2014, p.9)

Foi, então, elaborado um projeto que foi encaminhado pela União Pró-Melhoramento dos Moradores da Rocinha – UPMMR, associação de moradores da Favela da Rocinha, pessoa jurídica proponente, tendo como responsáveis pelo gerenciamento o presidente Antônio Oliveira e a secretária Tânia Regina. Vencido o edital, foram, agora, compor o livro, tinha-se essa ideia desde o início, mas que originalmente não possuía nem as fotos e nem os desenhos.

A escolha da editora se deu por indicação. O primeiro contato se deveu ao fato de que o material de slides utilizado nas aulas de EJA, baseado em Paulo Freire e produzido pelo Instituto de Ação Cultural - IDAC, que tinha por finalidade prestar serviços educativos, em especial aos países em desenvolvimento, continha desenhos do cartunista

Claudius, que integrou a equipe do jornal O Pasquim¹⁴ e que frequentou a Favela da Rocinha.

Feito contato com o cartunista e após reunião, esse por estar com uma grande demanda de trabalho, recomendou que se procurasse outra instituição, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, uma editora, de início protestante, que trabalhava, sobretudo, com campesinato rural e também publicava os Cadernos CEDI e a Revista Tempo e Presença. O trabalho de projeto gráfico foi acompanhado pelo fotógrafo do livro e morador da Rocinha, Fábio Costa, para fazer os ajustes necessários.

Pelo mesmo edital lançam, em 1983, dois outros livros, agora infantis: *A Gata Vitória Caiu na Lixeira e Acabou-se a Estória* e *Picolé, Picolé água pura ninguém quer: estórias da Rocinha*, ambos pela editora Salamandra.

Seja como exilados de seus estados e regiões - Minas Gerais, Nordeste brasileiro, interior do Brasil - ou “considerados prisioneiros de desajustados valores rurais ou de traços igualmente derrotistas da “cultura da pobreza”, (PERLMAN, 2004, P. 28), ou oriundos de outras favelas do estado do Rio de Janeiro, premidos ao movimento e ao nomadismo pelas circunstâncias políticas e econômicas durante a maior parte da vida civil, eles percorreram, ainda que forçados, variados caminhos tanto pelo interior rural quanto pelas zonas urbanizadas do país. O financiamento das viagens de vinda era de uma engenharia econômica e tanto. As viagens eram feitas de ônibus com um custo relativamente alto com relação ao salário recebido por um trabalhador. Por exemplo, após um ano de seca que arrasou o plantio de feijão, milho e algodão, responsável pela sustentabilidade da família inteira “como é que você vai fazer num lugar desse rapaz? Vai morrer de fome?” (VARAL, 1983, p.16) e, após vender a colheita que salvara “vendeu tudo que eu tinha, bastante legumes né? Vendeu tudo que ele tinha lá. Vendemos, viemos” (Varal, 1983, p. 16)

Durante o processo de produção do livro, experiência narrada dessa retirada forçada através de um Brasil de muitas faces, vão compor o livro *Varal de lembranças*, cujo principal tema será a memória para a composição e escrita de suas próprias histórias, muitas vezes, conflituosa, tanto entre si “com o passar do tempo, de 68 pra cá, começou a surgir gente de fora. Vinha, quando chegava dizia que favela não tem dono, aí encostava ao lado da pessoa que tinha aquele terreno, a pessoa botava bronca, que ia ficar sem

¹⁴ O Pasquim foi um semanário reconhecido pelo seu papel de oposição ao regime militar, funcionou entre 1969 e 1991.

terreno, sem quintal” (VARAL, 1983, p. 51), como com o outro: a cidade representante do estado, ou vice-versa:

- Se não provar que são músicos mesmo, vão ficar aqui.
 Aí, nós mostramos os documentos. Ele disse:
 - O documento não interessa agora. Interessa tocar um chorinho.
 (VARAL, 1983, p. 74)

Tudo isso ocorre num momento de hibridização cultural forte e opressiva, que impõe uma cultura de mão única, em nossa mitológica democracia racial, que vai da liberdade de cabelos esticados em várias formas, ao tom da pele mais aparente na televisão. Tempo no qual a apropriação cultural é um mote bastante comum. Escrever um livro original, raro por todo contexto desfavorável que se apresentava, incorre no risco de cair no *leitmotiv* comum das histórias antigas? Escrever um livro de memória na favela seria o equivalente à compra do objeto maravilhoso que se torna inútil?

Parece-nos que, ao contrário de abandonar a tradição oral, tratou-se de “duplicar” seu registro com a publicação de um livro, fazendo uso de um recurso tecnológico a mais do tempo, a impressão; servir-se dele e não se curvar a ele, emprestando-lhe outro sentido e apropriando-se da hibridização, criando o “efeito equivalente” quando verte do oral para o impresso, ampliando o alcance da narrativa para outros públicos, mas que “necessariamente envolve a introdução de palavras e ideias que são familiares aos novos leitores mas que poderiam não ser inteligíveis na cultura na qual o livro foi originalmente escrito.” (BURKE, 2010, 27).

Partindo desse ponto de vista, para alguns o livro parecerá um conjunto de banalidades do cotidiano, afinal “história é para quem tem estátuas!” nas palavras de “Seu” Inácio, um dos personagens mais citados nas entrevistas sobre o livro, ao passo que outras formas de olhar encontrarão questões universais da vida e, por isso, bastante instrutivas. Nesse caso, haverá um duplo ganho: a manutenção da tradição oral, na metodologia de escuta ativa utilizada, e sua transcrição para a forma literária, em sua forma escrita.

Embora haja a ironia amarga da remoção, da invisibilidade, das violências cotidianas, das irregularidades de serviços básicos e a guerra colonial permanente com as incursões policiais, há também a reviravolta animadora: a memória viva pôde triunfar sobre a realidade opressora, partindo do encontro de gerações e, após quase quatro décadas, talvez em virtude de mudança na conscientização ou perspectiva, coletiva e individual, o livro retorna aos estudos acadêmicos.

Acabamos por falar indiretamente de escravidão e seu legado nesta sociedade, uma vez que o período escravista está longe de ter sido superado e seus reflexos são fortemente percebidos hoje nos preconceitos e discriminações raciais e de classe, no empobrecimento da população, na distribuição desigual das oportunidades. Essa realidade torna justificável o debate, mas propondo um outro caminho que compreenda a negativa à imposição de um silenciamento da memória; não sobre uma memória reprimida, mas sim o seu contrário: uma memória que sobrevive e que é exposta, sistematizada e escrita em um livro.

Não há paralelos entre as experiências dos testemunhos de vida dos moradores de favela sobre a ausência de serviços públicos e a vida dos moradores da cidade formal, mas nos parece poder encontrá-los em discussões sobre as formas de violência e mortificação do corpo descritas nos relatos de Primo Levi¹⁵ sobre sua experiência nos campos de concentração nazistas, escrito em 1947: devemos nos lavar, sim; ainda que sem sabão, com essa água suja e usando o casaco como toalha” (LEVI, 1988, p.39), no mesmo sentido de relato de um menino na favela: “eu apanhava a lata, botava a lata embaixo da bica, enchia rapidinho e trazia” (VARAL, 1983, p, 23). A atenção em cuidar de si, apesar de toda dificuldade encontrada, não pelo regulamento social, mas por dignidade, pois “neste lugar, lavar-se cada dia na água turva da pia imunda, bem pouco adianta quanto ao anseio e à saúde; é extremamente importante, porém, como sintoma de resíduo vitalidade, e essencial com meio de sobrevivência moral” (LEVI, 1988, p.38). Temos também paralelos familiares: “eu fui procurar um quartinho pra eu sair, porque aí separava a família” (VARAL, 1983, p. 24); e a caminho de Auschwitz: “outros não queriam separar-se da mulher. Muitas mães não queriam separar-se dos filhos; responderam: “Está bem, ficar com filho” (LEVI, 1988, p.38). O trecho a seguir nos faz lembrar a pergunta de Levi, de se é isso uma vida humana, após 20 anos de expectativa de ameaças de remoção:

O lugar era um pântano. Não fui lá ver porque o pessoal me trouxe até uma conversa muito engraçada, que dizia assim: “– Olha, vizinho, lá a gente não vai pegar caranguejo não. O caranguejo vem, que subia pelos pés da madeira e vinha pra dentro de casa (...). O pessoal desmanchava o barraco e trazia as coisas e botava naquela ladeira (...), aí botava os móveis, tudo ali. No dia seguinte os caminhões da prefeitura vinham e iam arrastando. (VARAL, 1983, p. 27).

¹⁵ É isto um homem? Do escritor italiano Primo Levi, prefigura como um dos relatos vividos nos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Portanto, se a narrativa do livro não nos permite uma analogia com a cidade, ela nos relembra, em muitos momentos, as experiências vividas pelos cativos nos campos de concentração: medo, violências, desumanização, elementos, aparentemente, ainda comuns na realidade dos tempos atuais, nesse exercício de convívio/repulsa como mostram as políticas públicas, reificando e acentuando o afastamento do humano. Ainda assim, estas pessoas, com suas memórias e histórias, dirão *não* a essas adversidades.

Concordamos com a conclusão de Perlman (2003) sobre o porquê de se resistir às remoções e morar áreas não saneadas, pois a “favela era uma solução extremamente funcional para muitos dos problemas enfrentados por seus moradores, oferecendo acesso a trabalho e serviços” (PERLMAN, 2003, P. 7). Um relato de experiência no transporte às 05:00h da manhã pode exemplificar nossa concordância com a pesquisadora norte-americana:

Eu fiquei numa situação tão difícil, foi tão difícil. Eu queria sair de perto daquele ferro e não conseguia. Fiz tanta força até chegar D. Pedro, na Central do Brasil. Eu só não desmaiei, não perdi o sentido porque naquela época eu era forte, eu tinha um pouco de saúde. Mas eu fiz tanta força que arrebentou os botões do blusão, todos. Ainda me lembro, um blusão cor de abóbora. Eu quase morro, quase que eu tive que ir para o Souza Aguiar, entende? (VARAL, 1983, p. 25).

Levi nos dá semelhante relato do campo de trabalho nazista dessas vidas *matáveis*: “no peito de meus pés, as torpes chagas que nunca irão sarar. Empurro vagões, trabalho com a pá, desfaleço na chuva, tremo no vento; mesmo meu corpo já não é meu; meu ventre está inchado, meus membros ressequidos, meu rosto túmido de manhã e chupado à noite” (LEVI, 1988, p. 35).

Somos levados a pensar o processo de degradação humana, realizado em diferentes laboratórios, cujo “cenário implícito para essas operações científicas comprometidas era a grande fazenda escravista” (Gilroy, 2001, p. 84) durante séculos com a experiência da escravidão, com a servidão e o trabalhador manual - no sentido de uma atividade laboriosa e indigna “que parece apontar aqui para a instituição de outro *locus* moderno de poder: o campo de concentração. Ambos constituíram espaços excepcionais onde as regras e procedimentos jurídicos normais foram deliberadamente deixados de lado”. (Gilroy, 2001, p. 84) - levado a cabo pelo projeto delirante nazista de uma raça pura, de extermínio de seres entendidos como “inu-” ou sub-humanos. No Brasil, corporificada pelo “feixe” getulista, mas, que nunca deixou a sociedade brasileira e tampouco desceu os morros, saiu das favelas, periferias e gabinetes de segurança pública,

do país ou dos estados. E a possibilidade de que estas pessoas morram de forma banal, num “corriqueiro” acidente de percurso nos transportes públicos, atesta que “uma vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio” (AGAMBEN, 2002, p. 166) e nos remete a figura descrita por Agamben (2002) do *homo sacer*, de vida/corpo matável, mas não sacrificável. Ato que impossibilita a expiação da pena, do crime por parte de quem o comete, normalmente um agente a serviço do estado, uma forma de expiação simbólica que legalmente não se afigura crime ou transgressão do ordenamento político-jurídico a morte dessa vida. Uma “vida indigna de ser vivida” (AGAMBEN, 2002, p. 147), e que põem em xeque a questão da soberania do indivíduo.

O livro descreve a narrativa de pessoas, contra uma reificação, com meras capacidades humanas que reivindicam o direito universal à memória e a sua história e que ao narrar passagens do cotidiano não filtram conflitos entre estabelecidos e recém-chegados:

O problema que está surgindo é o seguinte. Lá na Rocinha tem muito lugar ainda pra gente fazer o barraco, mas criam muito problema. Os vizinhos que já estão colocados, eles reclamam. Quando a gente chega assim no lugar e diz: bom eu vou fazer um barraquinho aqui. Aí não pode, não. Ai e pra eu lavar roupa, aí é pras crianças brincar! (VARAL, 1983, p.27).

Mas oferece a oportunidade para o “outro” contar a sua versão da história, e há uma seleção das fontes de informação, ainda que por indicação dos entrevistados, que também é um filtro importante para pensarmos a construção da narrativa: anônimos e não lideranças. É importante notar que as fontes vão além dos acontecimentos vividos pessoalmente, englobando também os acontecimentos vividos por tabela, como descreve Pollak (1992), ou seja, neste caso acontecimentos vividos pelos moradores da favela à qual o indivíduo sente-se pertencer, e que pode ser percebido durante o processo de entrevista e nas indicações que, segundo Pollak, “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p. 201).

Neste primeiro capítulo vimos os caminhos que levaram ao processo de produção do livro, de forma que fosse um projeto inclusivo e que aspirações fossem atendidas tendo como ponto de partida as experiências próprias, desde antes da vinda para a favela e durante sua vida no novo local até o momento da escrita do livro.

No próximo capítulo, refletiremos sobre o pensamento político registrado nas páginas do livro, mostrando as escolhas feitas, dentro de um debate social, daquilo que seria registrado do contexto que viviam e nos ajuda a interpretar a construção da ideia de democracia e como esse conceito transparece na obra.

CAPÍTULO 2: O QUE ELES DISSERAM

Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou.

E muito menos aqueles a quem ela se destina.
(Fanon)

Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto anterior, pode o subalterno falar?

(Spivak)

Homens, mulheres, crianças que se amontoavam dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela.

(Conceição Evaristo)

No capítulo anterior, examinamos o panorama sobre os autores de nosso estudo, assim como apresentamos a maneira encontrada por eles para a publicação do livro. Desse modo, pudemos refletir sobre as possíveis interpretações contidas no livro *Varal de lembranças*. Desta perspectiva, concluímos que o processo que levou à obra só pode ser adequadamente compreendido dentro de um contexto mais amplo, incluindo a época de sua produção e o contexto no qual viviam os autores, ou seja, um momento importante para a definição de uma identidade política favelada.

Este capítulo busca entender melhor o que foi registrado, aquilo que os autores, tomando como ponto de partida sua própria experiência, escolheram apresentar no livro. Será que a motivação por optar em narrar, como se fosse um testemunho, a desumanização sofrida e livre de culpa por parte daqueles que a praticam de forma naturalizada, em seu cotidiano assemelha-se a de Levi (1988)?

Para voltar à fábrica, temos que passar por um trecho cheio de vigas e armações metálicas amontoadas. O cabo de aço de um cabrestante corta o caminho, Alex se agarra nele para passar por cima. *Donnerwetter*, com os diabos, olha a sua mão preta de graxa pegajosa. Quando chego ao seu lado, Alex, sem ódio nem escárnio, esfrega em meu ombro a mão, a palma e o dorso, para limpá-la. Ficaria surpreso, o inocente bruto Alex, ao saber que é por esse ato que hoje eu o julgo - ele, e Pannwitz e todos os que foram como eles, grandes e pequenos, em Auschwitz e em toda a parte. (LEVI, 1988, p. 109/110)

O passo seguinte é compreender os diálogos produzidos, resultantes de assuntos recorrentes e traumas frequentes, frutos de constantes ameaças como enchentes, remoções, sexismos, racismos ou desemprego crônico, questionamentos que conformam e unem, ainda que de forma involuntária, o cotidiano da vida dessas pessoas. Buscamos, ainda, neste capítulo, contextualizar a produção do livro dentro das narrativas de oposição ao poder.

A escrita deste livro teve como agente um grupo que “vem de baixo” (PINTO, 1953). Assim, poderíamos relacionar uma de tantas atribuições modernas à favela, que, numa sociedade fortemente hierarquizada, poderia ser interpretada como um sinal de inquietação e insatisfação, além de uma prova de petulância e insolência, uma vez que a forma escrita está reservada a poucos setores dessa sociedade e por favelados entendemos pessoas, sob um recorte de classe e raça, não privilegiadas. O título acima, em forma de pergunta, nos remete à compreensão do processo de retomada da condição humana e o escrever a própria história de forma independente, com relatos da rotina de gente comum capaz de construir sua vida e que, mesmo contra toda opressão social, retomam e escrevem seus destinos.

É necessário difundir a instrução, pois o futuro do Brasil assim o exige: mas, é preciso evitar que a ralé crie *azas*¹⁶ pois os tempos de hoje estão muito mudados.

O negro deve ser igual ao branco, pois todos somos filhos de Deus; mas, é uma falta de respeito essas liberdades que essa negrada anda tomando hoje em dia. É necessário abrir escolas para todos; mas, para que diabo filho de cozinheira quer ser doutor? (PINTO, 1953, p. 164).

A duplicidade valorativa acima, retirada do livro *O Negro no Rio de Janeiro* (1953), uma série de citações elencadas pelo sociólogo L. A. Costa Pinto, aponta para o aspecto tácito dessa modernidade conservadora que:

[...] nem sempre é explícita e seu enunciado não deve ser procurado apenas nos lábios de um ou outro indivíduo, mas sim no pano de fundo de nossa política educacional e na filosofia da educação que a inspira, no modo de ser e funcionar das instituições culturais brasileiras. Embora os que são seus representantes se julguem movidos por outra motivação. Alguns desses postulados contraditórios que exprimem, simultaneamente, o desejo de renovar e o desejo de conservar”. (PINTO, 1953, p. 163).

¹⁶ Mantivemos a grafia original.

Desse modo, nos parece apropriado pensar que a tradição de negociação dos moradores de favela e os representantes do Estado, embora opositores, são, ao mesmo tempo, complementares, ainda que seja na chave exclusão/inclusão dentro da democracia à brasileira, da qual podemos ter um exemplo de escolhas por ocasião da remoção: removido da zona sul (próximo à fonte de renda e sustentação de sua família), favela da ladeira do Sacopã cuja opção era os alagadiços da favela Roquete Pinto, em Ramos, ou ir para a favela da Rocinha

Quando o engenheiro chegou lá em casa e perguntou:

“— Você vai pra onde Nestor?”

“— Olha doutor, eu não desmanchei o meu barraco porque o senhor está vendo do jeito que está minha mulher (Grávida).”

“— Não desmancha, não. Você fez bem. Não bota sua mulher na chuva, não. O tempo está ruim, você quer ir pra onde?”

“— Olha, doutor, eu queria ir pra Rocinha.” (VARAL, 1983, p. 27)

Podemos, a partir do relato acima, perceber que havia uma tradição de negociação existente nas políticas de remoção no período - se boas ou más, não nos cabe discuti-las neste trabalho - e que ela pressupunha um embate sobre as diferentes categorias de cidadão, pois “o fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes, porém aproximados por preferências, gostos, idiossincrasias” (VELHO, 1978, p. 03), classificados de acordo com sua origem, acesso ou distância, e possibilidade de uso deste poder. É certo, entretanto, que as remoções, a migração e o empobrecimento da população são fatos que serão discutidos e aproximarão essas experiências mais ou menos comuns, partilháveis, que permitem um nível de interação específico e que irão compor a questão dessa identidade em construção. Porém, para o leitor desavisado que pode estar se perguntando “que diferença faria morar na favela da Rocinha, Parque Roquete-Pinto ou Sacopã, não seriam todas favelas?”, vale lembrar que “falar-se a mesma língua não só não exclui que existam grandes diferenças no vocabulário, mas que significados e interpretações diferentes podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas” (VELHO, 1978, p. 04).

O Rio de Janeiro tem como política pública a remoção de favelas, desde Pereira Passos, prefeito do, então, Distrito Federal, entre 1902 e 1906. Os governos sucessivos mantiveram a política de habitação e ocultação das populações pobres: “a partir do Estado Novo, as políticas voltadas para as favelas passaram a constar na agenda de todos os governos”. (BRUM, 2018, p. 117).

A realidade política desse modelo frágil de habitação, *casas desmancháveis*, por estarem submetidas à vontade alheia (a do Estado) e, por isso, removíveis e instáveis. Se não pela composição do material empregado, mas por uma aparente impermanência no espaço ocupado. Além da desumanidade do ato violento da retirada à força de suas casas, para serem reassentados em lugares distantes sem conexão com suas memórias e histórias, existia, para complementar, a insensível consequência ignorada da remoção: não era levado em conta o baixo poder aquisitivo do salário; a falta crônica de emprego; a distância dos centros da oferta de trabalho; o rompimento das redes de relações sociais, que se traduzem em capital social; e a dificuldade de pagar as custas de uma nova realidade baseada em valores monetários ultrapassados:

“– Quando foi já agora próximo, esse pessoal foi, como diz o outro, remanejado. Não, foram jogados lá pra Santa Cruz, pra outros lados distantes. Já voltaram quase todos, já estão aqui na Rocinha novamente. Esse pessoal não aguentou o BNH (Banco Nacional da Habitação). Todos foram para os conjuntos do BNH e o que acontece? O pessoal voltou, todos aí devendo o BNH, né? A prestação lá é de morte.” (MACEDO, p 101)¹⁷.

A entrevista de Alfredo do Anjos, morador removido da favela Macedo Sobrinho, para o jornal *Correio da Manhã* de outubro de 1971 reforça o discurso da inadequação do levantamento socioeconômico da política de remoção e a seleção pelos assistentes sociais, que determinava aqueles que morariam em piores condições, que seriam justamente os mais necessitados:

Eu não tinha renda para morar nos apartamentos e fui levado para Paciência, perto de Santa Cruz. Veja só que desgraça: o lugar, além de ser no fim do mundo, é nas piores condições possíveis. Lá não tem nada, além de miséria. Eu morava na favela Macedo Sobrinho, perto do trabalho, e a minha mulher tinha chance de fazer uns biscates lavando roupa para as senhoras vizinhas. (ANJOS. Entrevista jornal *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1971)¹⁸.

A favela da Rocinha, semelhante a outras favelas, passou um histórico de remoções, processo que se acentuou a partir de 1968, quando o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER desapropriou parte do terreno ocupado pela favela, para construção da autoestrada Lagoa-Barra e acesso ao Túnel Dois Irmãos – atual túnel Zuzu Angel. Os possíveis destinos da remoção visavam sempre os subúrbios da cidade, como

¹⁷ Entrevista José Silva de Macedo, o Zézinho da Sapataria, 03/04/1981.

¹⁸ “Falta de dinheiro cria outra favela” jornal *Correio da Manhã* – Rio de Janeiro, sábado, 23 de outubro de 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=25391&url=http://memoria.bn.br/docreader#) acessado em 27/02/2021). Acessado em 04/03/2018

o conjunto Oswaldo Cruz (conhecido como COHAB) e o conjunto Nélson Pereira dos Santos, distantes 3 horas da região de origem – dentro de um tempo ideal, que não leva em conta: trânsito pesado, engarrafamento, acidentes, sem contar o tempo “em pé” dentro dos transportes durante o trajeto, o que contribui para minar as energias de qualquer trabalhador. Essa preocupação e defesa por parte dos favelados pela manutenção de suas residências próximas ao local de trabalho, em si, contraria o mito da marginalidade, e a favela parece surgir em função da questão da habitação e do trabalho:

A Praia do Pinto surgiu no começo da década de 1910, *em função das obras do Jockey Club*, e cresceu nas décadas seguintes com *as obras de urbanização e verticalização das moradias da zona sul*. Na década de 1930, o Jacarezinho se tornaria a maior favela da cidade e moradia de muitos operários *atraídos pela implantação das fábricas na zona norte do Rio*, que engloba as regiões do Méier e da Leopoldina. Nos dias atuais, a Baixada de Jacarepaguá, área da qual a Barra da Tijuca dos *muitos shoppings e lançamentos imobiliários*, faz parte, é a área com maior crescimento de favelas (53% de acordo com dados do Censo 2010) (BRUM, 2018, p. 110)

A remoção era uma ameaça constante e inúmeras tentativas de enfrentamento foram criadas. Uma das soluções encontradas pelos moradores da Rocinha foi a realização de um autocenso no período final da década de 1970, que tinha como objetivo suprir a necessidade de dados sobre a realidade local. Foi uma pesquisa idealizada e executada pelos próprios moradores, na qual se faziam entrevistas com habitantes das diversas localidades da favela, buscando levantar as condições de vida dos habitantes. Essa ação forneceu elementos para abrir uma linha de discussão com o governo do Estado e a prefeitura. Num primeiro momento, houve a reivindicação da construção de uma passarela, que seria a solução para muitos acidentes fatais no recém-aberto túnel Dois Irmãos, inaugurado em 1971.



Figura 6: Jornal Última Hora, 13/10/1977. Fonte: Varal de lembranças, p. 102.

Seu Inácio, personagem citado em várias entrevistas, deixa uma máxima semelhante a Damatta (1979), em sua compreensão de que não é pelo fato de serem favelados que deixarão de ser cidadãos, a qual deixa registrada em meu manuscrito “*Cidade de Latas*”.

[...] antes de sermos favelados, somos brasileiros tanto quanto os que nascem e vivem em palacetes suntuosos. Logo, temos direito a um pedaço de chão próximo ao nosso campo de trabalho. Não queremos ser expostos ao terrível cansaço das longas viagens após uma dura jornada de trabalho. Estaremos querendo demais?” (ALMEIDA, fragmentos do manuscrito A cidade de Latas. In Varal de lembranças, p.106).

Consideremos, agora, questões de gênero abordadas na publicação. Nunca é desnecessário dizer da importância decisiva da participação feminina na realização da obra, e que a mesma não deve ser minimizada, ainda mais quando estamos cientes que se “o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 67), principalmente, quando se está envolvida de três maneiras, pobre, negra e mulher, expressões válidas apenas para a mulher subalterna. Em nosso caso, o nosso sujeito é igualmente construído em várias frentes sociais: mulher, favelada, negra. Um corpo que conhece pela experiência de vida a força opressora do patriarcado, a reificação do capitalismo e a desumanização do racismo exatamente como prega a noção de interseccionalidade:

[...] a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (AKOTIRENE, p.14).

Não é difícil perceber que o “subalterno como um sujeito feminino” (SPIVAK, 2010) de favela é atravessado por essas diferenças e a sua dificuldade em se expressar estando sob as pressões de um analfabetismo funcional, a falta de tempo composta pelo trabalho/transporte/descanso. Além disso, estão ocupados em dar respostas as urgências do seu cotidiano.

A coordenação do livro será assumida por duas mulheres. Ambas foram entrevistadas e deram importantes contribuições para a compreensão desse trabalho. Tânia Regina da Silva, negra jovem, ativista política, tinha 22 anos na época que assumiu a coordenação do livro. Era aluna do segundo ano de um curso noturno de técnico de enfermagem, equivalente ao segundo grau, e sua intenção com o diploma era entrar para a Marinha. Ativa participante em vários movimentos sociais na favela: integrante da associação de moradores; militava pelo direito e acesso à educação infantil na favela; atuava no movimento pela construção de mais creches em apoio às mães que precisavam trabalhar, assim como a questão da independência e autonomia financeiras dessas

mulheres; movimento pela educação para crianças e adolescentes – uma vez que o número de escolas na favela da Rocinha sempre foi insuficiente para atender à sua população, o que refletiu na ocupação das escolas do entorno, Gávea, São Conrado, Leblon, Ipanema, Jardim Botânico, Horto e Copacabana pelos estudantes oriundos da Rocinha. Tânia integrava também o Grupo de teatro e fazia da parte do grupo de comunicação do jornal Tagarela, ambos movimentos mantidos dentro da ASPA. Aos quinze anos, antes do falecimento de sua mãe, vítima de uma das tantas enchentes que traumatizaram os moradores da favela da Rocinha, sonhava em fazer medicina, depois queria fazer psicologia, porém graduou-se em Pedagogia, para atender as exigências legais do Centro Comunitário “E aí, como é que fica?”, que organizou e fundou. A graduação revelou-lhe a teoria do que ela já fazia na prática:

“– Vou fazer essa tal de pedagogia, sei lá que diabo é isso! E depois quando eu fui ver a grade, eu descobri que eu já fazia meio que aquilo tudo, não era muito novidade, eu só não ligava o nome à prática que eu tinha de anos em educação infantil, a parte pedagógica e social.” (entrevista Tânia Regina, em 27/05/2020).

A outra organizadora, Lygia Segalla, na época da organização do livro tinha a mesma idade de Tânia, 22 anos. Era de classe média, branca e politizada, graduada em comunicação social, e concluiria seu mestrado em antropologia social após a experiência na Rocinha. A experiência de ambas as jovens compõe uma história que atravessa a história do livro:

A gente começou a fazer uma história do Rio de Janeiro, nossa, particular, mas de dois pontos de vista: na mesma data o que uma fazia e o que outra fazia? A história de nós duas, uma de dentro, outra de fora, com a mesma idade, pensando o mesmo tempo (entrevista Lygia Segalla, em 15/6/2020)

Ambas assumem para si a responsabilidade pela tarefa de recolher todo o material gravado, assim como farão a transcrição das mesmas. O protagonismo feminino também fica registrado no livro no fragmento que relata as eleições para a Associação de Moradores em 1977, tendo como vencedora uma chapa composta somente por mulheres. Após vencerem as eleições locais contra duas outras chapas encabeçadas por homens, 20 mulheres assumem a direção da entidade tendo como desafios: aumentar a participação dos moradores na Associação; lutar contra o “medo de uma grande chuva, que possa provocar desabamentos. Medo de uma possível remoção que leve o pessoal para longe de seus locais de trabalho” (VARAL, 1983, p. 85) e, ainda, “representar os interesses da

favela diante dos órgãos governamentais e particulares e administrar os sistemas de água, luz e esgotos, dirigindo os projetos que dizem respeito à infraestrutura local de urbanização” (VARAL, 1983, p. 85).

O primeiro jornal de alcance nacional, dirigidos às mulheres e feito por mulheres, o *Brasil Mulher*, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, cujos princípios defendidos estão relacionados ao movimento feminista nacional com “compromisso com uma nova linguagem, e com a difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas com a condição das mulheres” (LEITE, 2003, p.234), um veículo de comunicação “constituído por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)” (LEITE, 2003, p.235). Em sua edição de agosto de 1977, entrevista a presidenta - cargo que havia sido constantemente ocupado por homens - da associação de moradores da Rocinha, Silvana, “dona de casa e mãe de quatro filhos já crescidos” que define a instituição como a segurança do povo e a sua não remoção. Silvana acredita o governo tem o local para a remoção, mas não tem recursos financeiros para tal empreitada, além do fato de a população não querer sair do local onde está devido ao custo do transporte e do aumento do tempo gasto no deslocamento para trabalho, escola etc. A titulação da terra, que garante a permanência, é tema recorrente, ainda que tratado de forma enviesada:

Nós somos invasores passivos. Os primeiros chegaram aqui, quebraram as árvores e construíram os barracos. O terreno é do governo, mas tem pessoas aqui que passam recibo sem ser donos da terra. Os terrenos não vão ser comprados por nós, mas talvez o BNH vá comprar porque tem verba disponível e a Diocese é o nosso fiador. (VARAL, 1983, p. 86).

A então presidenta da Associação de Moradores aponta que o maior problema nos idos de 1977 na Rocinha é a falta de abastecimento de água e mostrando articulação com os órgãos públicos. Ela já havia recorrido à Companhia Estadual de Água e Esgoto – CEDAE para negociar a construção de três reservatórios na Favela. A energia elétrica era outro ponto problemático, uma vez que estava nas mãos de operadores particulares e já havia iniciado o diálogo com a Comissão Municipal de Energia. De maneira geral, o objetivo dessa gestão de mulheres era a urbanização da favela, que incluía um projeto de Plano Piloto e o saneamento básico.

Tanto o jornal, como o livro *Varal de Lembranças* são exemplos de publicações relacionadas ao contexto histórico do Brasil e que testam os limites de uma prática democrática, numa fase de maior efervescência política e de abrandamento da censura.

Outras mulheres tiveram experiência como presidentas da Associação de Moradores da Favela da Rocinha e têm seus nomes registrados no livro: Eleonora, Gonçalinha, Silvana e, logo após a publicação do livro, a presidente da entidade era Maria Helena.

Se os movimentos feministas revolucionários de esquerda, como da Ação Popular Marxista Leninista – APML e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8 podiam ter contatos na Favela da Rocinha; os movimentos conservadores de apoio ao regime, representados pelas ricas senhoras de São Conrado, bairro rico vizinho à Rocinha e que mantém com a favela uma relação de colonização utilitária de sua mão de obra barata, como a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, movimento feminino católico criado para se opor ao governo João Goulart, contava com apoios como o jornal O Globo, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, a CAMDE liderada por Amélia Molina Bastos, irmã de Antônio Mendonça Bastos, membro do Serviço Secreto do Exército¹⁹ a organização promovia campanhas anticomunistas através de comícios, e dedicava-se a trabalhos assistenciais junto à população favelada

CAMDE²⁰, Associação de Mulheres Democráticas. A nossa sede era lá no Campo do Esperança, chamada Vera Cruz. Lá tinha uma escola, depois foi feita outra aqui embaixo, perto do túnel. O túnel não existia ainda não, era apenas o projeto. A CANDE fez uma casa ali. Ensinava a pregar lajotas, pregar ladrilhos, fazer concreto. Vários alunos tinha ali. Tinha mais ou menos uns cinquenta, por conta da CANDE. (VARAL, 1983, p. 83)

Aparentemente, nesse período histórico sempre foi tumultuado assumir cargos na Associação. Já em 1969 o presidente da Associação, Seu Luiz Lopes, sofrera uma denúncia anônima de que fosse comunista e que fazia panfletagem com propaganda subversiva. O relato é de que houvera uma tentativa sorrateira de prendê-lo, ação que incluía também um deputado: “eles ficavam até alta madrugada aí, sabe, com deputado que não tem o que fazer. O que é que deputado tem de ficar até alta madrugada em favela?

¹⁹ Campanha da mulher pela democracia (CAMDE). Movimento feminino católico organizado em 1962 no Rio de Janeiro para se opor ao governo João Goulart. A CAMDE foi criada por Amélia Molina Bastos, irmã de Antônio Mendonça Bastos, membro do Serviço Secreto do Exército. O movimento promovia campanhas anticomunistas através de comícios e da distribuição de panfletos, além de dedicar-se a trabalhos assistenciais junto à população favelada do estado. A CAMDE foi a principal organizadora da “Marcha da Vitória” realizada no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964, onde a organização distribuiu um manifesto parabenizando o Exército pela deposição de Goulart.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/campanha-da-mulher-pela-democracia-camde>). Acesso em: ,4/03/2021.

²⁰ Fizemos a opção de manter a grafia original, mas refere-se à CAMDE

Sei que deram um cerco aí e ele sumiu. Ele não foi bobo não!” (VARAL, 1983, p. 84).

Porém, o plano de prisão não teve êxito. Mas se o presidente conseguiu sair do cerco, a secretária da Associação de Moradores da Rocinha, Dona Antônia, teve outra experiência, em um ritual bastante conhecido do período do regime militar:

[...] encapuzaram ela e botaram ela num carrão. Essa mulher andou por aí tudo sem saber onde é que andava. Diz ela que escutou batida de onda de praia e escutou barulho de cachorro, mas não sabia onde tava. É, Dona Antônia, ela era secretária da época. O presidente Seu Luiz Lopes, ela a secretária... depois Associação entrou sob intervenção. Ficou quase dez anos sob Junta Governativa, isso foi lá pra 68, 69... (VARAL, 1983, p. 84).

A Favela da Rocinha sempre esteve relacionada com vários políticos: Adhemar de Barros, que concorreu às eleições presidenciais de 1955; Tenório Cavalcanti, deputado federal pelo Rio de Janeiro no período de 1951-1964, Amaral Peixoto, que exerceu inúmeros cargos públicos entre eles: deputado federal do Rio de Janeiro entre 1946 e 1951; governador do estado do Rio de Janeiro 1951-1955; novamente deputado federal do Rio de Janeiro entre 1963 e 1971 e senador pelo Rio de Janeiro no período de 1971 até 1987; Carlos Lacerda, deputado federal pelo Distrito Federal entre 1955/ 1956-1960, governador da Guanabara de 1960 até 1965 e Amando da Fonseca, que ocupou cargos de vereador e deputado estadual nas décadas de 1950 e 1960, “o mais conhecido aqui, quando a política entrou em ação, era a política do Adhemar, do Tenório, do Amaral Peixoto. Tinha o Lacerda também. O primeiro que iniciou foi o Amando da Fonseca, foi deputado, se não me engano. Por aí, continuou a vida. Prometendo, dando, não dando” (VARAL, 1983, p. 79).

A delicada e incômoda relação com o racismo e a discriminação social: “naquele tempo, lá por 1942, tocar violão, cantar seresta, jogar futebol era só pra rico.” (VARAL, 1983, p. 71). A abordagem sobre esse tema será feita sob o disfarce do humor, como vemos na anedota do conjunto musical que tinha em sua composição músicos moradores de favela, com habilidade para manejar variados instrumentos: violões, cavaco, flauta, cavaquinho e bandolim, no retorno após o trabalho em uma festa no bairro de Vila Isabel, com as sobras de alimentos embaladas. Eles são abordados no bairro do jardim Botânico por um guarda-civil que os prende:

“- Isso é um roubo!”
Eu disse:
“- Isso não é roubo não!”
Aí levou a gente pra delegacia:

“- Só vão sair daqui amanhã e vão mostrando o que vocês têm aí dentro!”
 Aí, nós mostramos:
 “- Nós viemos de um baile, deram isso pra gente. Vai nos prender?” (VARAL, 1983 p.73)

E, enquanto estão detidos na delegacia para averiguação, chega o delegado, que é aficionado por música e não se importa com a documentação apresentada pelos músicos:

“- O que está acontecendo? Se não provar que são músicos mesmo, vão ficar aqui.”
 Aí, o Botina, um escurinho, mandou a flauta, dois violões, fazia tinir! Lengo, lengo, lengo. O delegado já ficou meio coisa “- Agora uma valsa”... mandou tocar “Subindo ao Céu”. Nós estávamos com a irmã do Antônio, que era menina nova ainda, ela cantava muito. (...) mas aí ela cantou, depois o Antônio cantou, eu cantei. Aí o delegado:
 “- Está tudo muito bem. Não costumo abrir exceção. “- Ô Nicanor” (era o nome do guarda) “- vai lá no botequim, vai buscar meia dúzia de Brahmas. Aqui pra menina, guaraná. E vê se eles têm pratos lá.” (VARAL, 1983 p.73). Ficamos comendo e tocando na delegacia. Quando acabamos encostou um carroção daqueles grandes, que hoje chama coração de mãe.
 “- Nós moramos lá na Gávea, pra cima do 21º distrito”
 “- Então, pera aí. Vocês não vão de bonde, não. Vão de carroção.”
 Aí botaram a gente dentro do carroção. A gente disse:
 “- A gente quer ir com a porta meio aberta que é por causa... vamos fumar, respirar. (Risos)”. (VARAL, 1983, p.74).

E com a naturalidade daqueles que ocupam um papel subalterno determinado na hierarquia social, decretam o veredito da situação comumente passada: “- Sambista enfrentava muita coisa, minha filha! Naquele tempo cantar modinha, tocar violão, ser músico, isso era coisa de vagabundo!” (VARAL, 1983, p. 74). Talvez, o humor seja usado para disfarçar a impossibilidade de poder dizer, realmente, a sua verdade/versão sobre sua ideia de juízo de valor, uma vez que trata-se de um contexto de violência institucionalizada. Parece-nos que, diante da interdição de, ao menos, lutar abertamente, torna-se uma opção como forma de resistir ao violento processo de desumanização e recusa sistemática aos significantes atirados contra sua história. Podemos espelhar uma leitura semelhante, mais direta, em Levi:

Porque nós, para os de fora, somos os intocáveis. Os trabalhadores externos, mais ou menos, claramente e com todos os matizes entre o desprezo e a comiseração. Aham que, se fomos condenados a esta nossa vida, se estamos reduzidos a esta condição, deve ser porque temos a mancha de alguma misteriosa, gravíssima culpa. Eles nos ouvem falando muitas línguas diferentes que não compreendem e que lhes soam grotescas, como gritos de bichos; veem-nos escravizados ignobilmente, sem cabelo, sem honra nem nome, a cada dia espancados, a cada dia mais abjetos, e nunca leem em nosso olhar uma luz de revolta, de paz, ou de fé. Sabem que somos ladrões e indignos de confiança, sujos, esfarrapados, esfomeados, e, trocando o efeito pela causa, julgam-nos merecedores da nossa abjeção. Quem poderia distinguir nossos

rostos? Para eles, somos Kazett²¹: substantivo neutro singular. (LEVI, 1988, p. 123).

A denúncia velada de uma sociedade fortemente hierarquizada e da dificuldade de acesso aos vários setores da sociedade inclui, também, o jogo da política partidária. A esse respeito o ex-presidente da Associação de Moradores, Ismael Elias da Silva, descreve o personagem político com a força e o poder de um toque mágico de seu abraço, capaz de exercer domínio de todo um sistema psicológico, sobre o espírito dos cidadãos favelados, se não para curá-los de algum mal, ainda que imaginário, ao menos para deixá-los em evidência diante dos seus pares, revelando não as causas, mas a evocação para a vida dessa instituição que, mesmo muito antiga, ainda se faz latente e que nos possibilita “perceber entre certas concepções antigas sobre a natureza das coisas e as primeiras instituições políticas da humanidade vínculos por longo tempo ignorados” (BLOCH, 1995. p.69) e nos traz o testemunho do gênero de representações mentais vigentes de ideias e de instituições extremamente arcaicas.

Então, dentro das favelas, pessoas em desespero de causa, muitas vezes recorrem a estes milagreiros. Na parte social, na política, também é uma coisa paralela. Eles vêm aqui contando a sua historiazinha, e no fundo o que eles querem é ganhar voto. Ficam buscando adesão de pessoas incultas. Não quero diminuir a imagem do favelado, chamando-o de inculto! Mas muitas vezes é aplaudido porque ganhou um abraço de fulano de tal e dá seu voto. Perde, muitas vezes, a sua soberania com isso. (VARAL, 1983, p. 82)

Esse poder do milagre régio, aparentemente herdado pelos políticos que detêm essa ventura misteriosa, para Bloch (1995) apresenta-se, sobretudo, como a expressão de certo conceito de poder político supremo, mesmo que nunca se tenha estado na presença ou visto aquela pessoa: “mas, quando o herdeiro legítimo chegou, numa só noite quase toda a gente veio colocar-se a seu lado, embora ele fosse desconhecido por todos” (BLOCH, 1995. p.69).

São práticas sociais constantemente atualizadas, de apadrinhamentos que conformam a sociedade e colocando em destaque aquilo que o antropólogo Roberto DaMatta chama de medalhões, figuras que transcendem a regra daquele grupo e atravessam todos os setores da sociedade e, por isso, “temos medalhões entre os pobres e os ricos, entre os fracos e os fortes. Trata-se, parece-me de um modo de estabelecer diferenças e hierarquias, em todas as situações; sobretudo, entre pessoas iguais. [...]”

²¹ Kazett vem de KZ - Konzentrations-Zentrum, Campo de Concentração. Fonte: Nota do tradutor do livro. É isto um homem, p, 123.

existem medalhões em todos os domínios da vida social brasileira: na favela e no congresso”. (DAMATTA, 205).

As dificuldades de acesso refletem-se, também, nos relatos sobre as ocupações econômicas dos trabalhadores e a prática secular do emprego informal - de remuneração muito baixa, sem vínculo ou garantia e que só encontra em determinadas épocas. Subemprego e desemprego estão relacionados quando não há oferta de trabalho e as pessoas vão buscar alternativas como vendedor de modinha²² na porta da fábrica de tecidos de lã ou ajudante de coveiro entre outros “eu ia na redação buscar as modas que saíam em folhetos. Tinha modinhas grandes que eram quatrocentos reis e as pequenas de duzentos... quando não era isso que eu fazia, ia pro cemitério ajudar os coveiros, tirar aqueles caixões.” (VARAL, 1983, p.72), ocupações que resultam em baixa qualidade de vida e instabilidade com relação ao salário.

Racismo, discriminação religiosa e a relação conturbada de desrespeito das instituições formais são assuntos nas páginas do livro e as perseguições a botinadas, uma vez que a partir da proibição, no Código Criminal de 1890, de práticas religiosas de matriz afro-brasileiras, cuja resistência, sem alternativa de ser outra coisa que não a forma pacífica, manifestava-se na forma da clandestinidade para fugir à imposição da ilegalidade, especificada nos artigos:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis. Enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública e

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro. (DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890).

Tais artigos colocaram as religiões não cristãs, dentro e fora da favela, durante décadas o incentivo à perseguição e atos violentos de descoberta, invasão e depredação a vários terreiros. Embora o Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de Abril de 1939, no artigo 33, inciso 3, declare que fica proibido “estabelecer, subvencionar ou embargar o exercício de cultos religiosos”, o que suprimiu o caráter clandestino das religiões de matriz afro-brasileiras as tenham descriminalizado, porém, a repressão injusta e arbitrária não teve fim, e mesmo passando por décadas de perseguição, como são relatadas no livro e

²² Ritmo musical popular brasileiro que transita entre o erudito e o popular incorporando aspectos do lundu e tem como marca característica a docilidade, suavidade e amorosidade.

testemunham o alcance e abrangência social dos ‘centros de macumba’²³’, como o Centro São Sebastião, na rua Dioneia, parte elevada da favela, o Centro de Dona Mariana, no Laboriaux, a parte mais alta da Rocinha, o Centro do Seu João Alfredo, na Rua 2, parte central da favela. Esses centros estavam distribuídos por todo o morro e eram frequentados por uma parcela significativa da população e sua relação se estendia à cessão de uso do espaço para fins culturais. Umas das primeiras peças de teatro na Rocinha chamou-se “Polícia na Macumba”, pois “antigamente a polícia chegava, carregava médium, mesa e tudo. Baixava o pau. O delegado prendia todo mundo. Baixava o pau e prendia. Era isso minha filha! O catolicismo era que mandava”. (VARAL, 1983. p. 47).

Responsáveis por suas vidas, sustento e sobrevivência, passam ver a si mesmos como responsáveis também por sua narrativa histórica, sua presença no mundo e como inscrever sua marca nele. Para executar a tarefa autoimposta recuperam valores com os quais possam compreender a produção de seus saberes na sociedade na qual estão inseridos e percebem que se legitimam mutuamente, ao mesmo tempo em que discutem a diferença desse conhecimento histórico, localmente produzido, e vão ampliar a noção de história para além daquilo que está somente nos livros oficiais.

Com ênfase na ideia de coletivo e nas pessoas anônimas, resistindo à tentação do herói individual, a discussão está situada no campo da representação. Talvez, por isso, notemos que outros participantes entrevistados identifiquem a possibilidade de que a ideia do projeto tenha surgido a partir das aulas noturnas de alfabetização para adultos no espaço da Ação Social Padre Anchieta – ASPA, a Ação Social Padre Anchieta – ASPA, foi fundada na Rocinha em 1963, numa ação entre os Moradores da favela da Rocinha, padres Jesuítas e professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – Rio.

O embrião desse projeto nasceu com um grupo de mães conscientes, solidárias e de ação que já se organizavam para cuidar das crianças de outras mães, que tinham a necessidade de sair de casa para trabalhar e não podiam deixar seus filhos sozinhos, visando o bem-estar da criança e a importância da supervisão de um adulto, solução que antecipa em décadas a intervenção do Estado via Conselho Tutelar da noção de abandono de incapaz. A crise econômica que agora afeta mulheres em diferentes níveis sociais, forçando uma reorganização orçamentária, já era vivido por aquelas mulheres, tocadas por duas outras maneiras: pobres e negras, e que não podiam vislumbrar em seus

²³ Macumba é a designação das cerimônias de religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda. O termo tomou uma forma pejorativa para se referir a essas religiões.

horizontes a contratação de alguém. A ação principal do projeto era a creche, porém outras ações eram também executadas:

Nesse tempo começou toda uma organização do trabalho: um grupo de mulheres, que já se preparava para a criação de uma creche, tinha o grupo de jovens, o grupo de teatro, o jornal, o cineclube. Começamos toda uma base de trabalho comunitário. Existia também o curso de corte e costura, que funcionava na capela. Para o andamento da capela a gente fazia o Bazar da Amizade. Era a Luzimar e outras freiras que conseguiam roupas, retalhos. A gente ia pra lá, cortava, costurava enxoval para as crianças. Pra criança bem carente, gente não vendia, dava. (MONTEIRO, 1982)²⁴

Com o passar do tempo, a creche aumentou e se organizou de forma a atender às exigências legais, e desenvolve o trabalho de educação, aliado à promoção social e cultural junto aos moradores da favela da Rocinha, com a missão de promover a consciência do humano e o exercício da cidadania.

²⁴ Entrevista de Rocilda Araújo Monteiro, 16/07/1982. In: VARAL, 1983. p. 146.



Figura 8: Capa O Tagarela 1978. Fonte: Varal de lembranças

Embora não houvesse na favela da Rocinha uma escola de samba, havia o desfile dos três blocos tradicionais, cuja localização e distribuição na geografia do morro também deixava pistas da dimensão e extensão da maior favela do Brasil: o bloco carnavalesco Império da Gávea, com sua quadra localizada na parte baixa da Rocinha, próximo ao túnel

Dois Irmãos, atual Zuzu Angel; o bloco carnavalesco Unidos da Rocinha, que tradicionalmente se reunia na quadra de esportes da escola municipal Francisco de Paula Brito, essa situada no meio do morro da Rocinha, exatamente no centro da favela e; o bloco carnavalesco Sangue Jovem, que tinha sua quadra de ensaios no alto do morro, de onde é possível avistar tanto o bairro de São Conrado, quanto os bairros de Leblon, Ipanema, Copacabana, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, a Baía de Guanabara e o município de Niterói.

Havia a ideia de diagramar o livro como uma escola de samba, e a primeira ilustração seria um desenho de um abre alas, o modelo de escola de samba, com sua estrutura dividida em alas, seções por onde desenvolvem o enredo. A adoção desse fio condutor para a montagem do livro se deu pelo motivo de ser o carnaval uma estrutura narrativa já conhecida pela população e que talvez essa associação facilitasse a apreensão de sua história através de um modelo já conhecido e há muito utilizado. Assim como tomar emprestado a plasticidade e a beleza do carnaval para o livro.

A criação do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha, escola de samba da favela somente seria criada em 1989, com a união dos três blocos carnavalescos.



Figura 8: Comissão de frente, página do livro. Fonte: Varal de Lembranças, 1978.

E possível observar que todas as páginas do livro *Varal de Lembranças* são marcadas por linhas pontilhadas e a imagem de uma tesoura. A montagem final do livro foi, muitas vezes, discutida e os debates sobre como seria sua forma e estrutura - um dos poucos consensos sobre a forma final se deu sobre a capa do livro, que essa deveria

brilhosa, porém a questão de como contemplar as múltiplas versões, por vezes compreendidas como contraditórias, razão suficiente para que fossem contestadas, ora devido à fonte oral eleita, ora por ser, mais ou menos, próxima daqueles que faziam a crítica. Essa seria a questão da subjetividade, particular a cada um, a objetividade e da imparcialidade impossível de ser atingida “já que é impossível fugirmos de nossa posição social e de nosso condicionamento histórico.” (BURKE, 2010, p. 17). E, por conta da metodologia de indicações por parte dos entrevistados, alguns *medalhões* (DaMatta, 1979) da favela da Rocinha não foram entrevistados, fato que ocasionou mais tensão e desconfiança em relação ao projeto, por não ser validado pelas lideranças reconhecidas localmente – padres e líderes comunitários. A solução das tesourinhas na parte lateral do livro dava a ideia de flexibilidade e autonomia no processo final, pois ficava entendido que aquele que quisesse poderia recortar a página e remontar a história da forma como pudesse entender melhor, uma vez que as divergências internas sempre estiveram presentes no processo de construção do livro e sua montagem foi atravessada por diversas tensões dos grupos.

Havia uma forte tensão e uma dupla clivagem institucional entre os grupos que participavam do processo do livro: lideranças alinhadas à igreja e que rivalizavam com a Associação de Moradores, e entre a Igreja católica/ jesuítas/diretoria da ASPA e Associação de Moradores. Ainda que, por vezes, elas se aliassem estrategicamente pelas questões do abastecimento de água na favela, a organização dos mutirões, o abaixo-assinado para construção da passarela ou na luta em prol do saneamento, as duas instituições eram nitidamente concorrentes. A igreja, com seu modo de organização para a população: creche para as crianças, atendimento aos jovens e aos adultos; e a Associação de Moradores, recém-saída de anos de intervenção militar, cujo presidente havia, ele próprio, sofrido perseguição do regime militar.

Uma segunda clivagem era de natureza etária, pois havia divergências das lideranças de outros dois grupos, também organizados pela ASPA: o grupo Jovem que frequentava o Centro Comunitário da Rua 2 – CCR2, e o grupo de senhoras, da igreja católica, que depois tornou-se o grupo dos Adultos.

O grupo Jovem tinha como atribuição a organização e manutenção de outros grupos: o teatro; o cineclube e o jornal Tagarela (este com a participação tanto de jovens como de adultos, contava inclusive com a participação do presidente da associação de moradores), e o CCR2 que “foi praticamente construído pelos jovens, era a Dilma, Tânia, Lília, Tetéia, nós éramos do grupo dos Jovens” (SEGALLA, 15/06/2020) e havia já uma

diferença, pois a direção da ASPA era assumida pelo grupo de senhoras da igreja. E, uma vez que o grupo do projeto não frequentava as reuniões nem os grupos da igreja, e por essa falta de participação não seguia as recomendações tiradas nos encontros, pois estavam mais ligados à associação de moradores, o que se refletia numa tensão muito forte e um conflito.

Pudemos perceber o que os autores escolheram dizer em seus relatos, entre os traumas recorrentes, das enchentes as remoções - esta que não é só uma palavra mas um conjunto de ações: perda da casa, da identidade, da referência local, quebra dos laços afetivos, objetificação do humano - e sua consequente animalização ao passo que basta mudá-lo de lugar, como se fosse uma escolha ou decisão sua de mudar de casa ou de ares, um ato extremamente violento e ocultado das narrativas e por isso não compartilhado pela sociedade, não levado em conta e não assimilado pelos moradores removidos.

Entre as esperanças sonhadas: permanecer em suas casas, ter a chance de ver suas crianças crescerem, e o movimento coletivo que estava em voga, propuseram a construção dos Centros Comunitários, como por exemplo o Centro Comunitário da Rua 2, o Centro Comunitário da Rua 1, a Creche “E aí como é que fica?”. A creche “Maria Maria”, o autocenso - sua contagem da população a fim de ancorar sua proposta seguinte de auto saneamento - e a Escola de samba Acadêmicos da Rocinha GRESAR, embora a fundação desta tenha um outro viés e uma outra história, também fizeram reclamações, protestos, abaixo-assinado e sentaram com o governo, para reivindicar melhorias concretas: saneamento, água, eletricidade, estabilidade das encostas, não remoção, a proposta de construção de uma passarela como solução para o problema do túnel recém-aberto e que causava inúmeros acidentes fatais.



Figura 10: “Visita à prefeitura”, reunião com o prefeito Júlio Coutinho.

Fonte: Varal de lembranças, p. 20.

Nem tão fortes, como no mito da marginalidade e das rebeliões contra os ricos, nos sonhos da esquerda e nem tão fracos, como os pobres coitados recebedores das doações de fim de ano da direita religiosa, (essa é apenas uma simplificação do espectro político, ele é mais complexo e igualmente desatento com os problemas da favela) fizeram uso das ferramentas que dispunham: barganha política, resistência à remoção, mutirões de limpeza das valas. Ao mesmo tempo que faziam peças de teatro, estudavam a noite, namoravam, viviam suas vidas proletárias – melhor seria: vidas faveladas.

Percebemos que o trabalho coletivo, como via de resistência como estratégia das populações consideradas minorias, pode gerar resultados concretos, mesmo que se traduza na permanência do tempo, ainda que o espaço, a terra em si, não esteja ainda efetivamente consolidado. O objeto de escrita do capítulo, será a averiguação da possibilidade do impacto dessas ações na formação de uma identidade coletiva.

Capítulo 3

IDENTIDADE OU IDENTIDADES?

*O que é afinal uma nação? O que é pátria?
O que é país? Nascer neste espaço limitado
pelas fronteiras do Brasil, não significa
nada?*

(Inácio de Almeida. Fragmentos do
manuscrito “A cidade das Latas”. In: *Varal
de Lembranças*, 1983, p. 104).

No capítulo anterior, apresentamos uma possível interpretação acerca das memórias que compuseram o livro, o que o torna um fato histórico e como tal acaba refletindo suas formas de pensar o mundo e, de certa forma, olhar para si. Em seus relatos e suas escolhas, percebemos que os autores acabam por construir uma concepção de cidadania ainda que de forma não-sistematizada: favelados, mas brasileiros, nas palavras de Seu Inácio. Desse modo, tivemos a oportunidade de refletir sobre as discussões e como elas nos levam a compreender que o processo sofreu constantes questionamentos. Concluímos o valor do trabalho coletivo dentro de um contexto de opressão social, materializada em sua forma mais drástica que seria a ideia da remoção, ao mesmo tempo em que ocorriam disputas internas por protagonismo e liderança.

Neste terceiro capítulo, vamos trabalhar a ideia de identidade, mas em sua noção aplicada ao livro e às entrevistas concedidas por aqueles que foram parte do processo, demonstrando como a participação no ato de construção do livro *Varal de lembranças* contribuiu para a formação de um modo de pensar. Isso deve nos permitir uma interpretação aprofundada sobre o pensamento identitário dos autores do livro. Vamos utilizar esse conceito para analisar os discursos contidos no livro e nas entrevistas de modo a compreender como os integrantes os utilizam em suas falas e como conduzem seu pensamento político.

Qual o impacto que a pesquisa teve na formação da identidade dos autores, durante sua tentativa de escrever uma parte da história, ausente nos livros pedagógicos, fato diagnosticado por eles próprios. Como descreverão seus hábitos culturais, modos de diversões, atos de sociabilidade? Esses vestígios nos ajudarão a compreender o processo de integração, ora pacífica, ora discriminadora, preconceituosa ou não entre os cidadãos

favelados e os cidadãos da cidade formal e a afirmação ou recusa desta identidade. Sobre isso, deixaram rastros em seu livro, cujo “exame cuidadoso revelaria uma realidade mais complexa” (PERLMAN, 2002, p. 27) e, sob sua perspectiva, vamos buscar entender as formas que compõem essas identidades, conceito “tão esquivo quanto o é o senso que toda pessoa tem de sua própria identidade pessoal” (STRAUSS, 1996, p. 29). Quem serão essas outras pessoas de um lugar “favelizado” tão marcado por polêmicas, estigmas de violência e medo que, em plena ditadura militar, vão buscar recursos públicos para financiar um livro, como se faz em qualquer sociedade democrática, ainda que essa seja “uma democracia de um “igualitarismo formal e legal, mas evidentemente cambaleante na prática social” (DAMATTA, 1997 p. 199)?

Uma primeira observação é que, em nossa interpretação, o livro *Varal de lembranças* precisa ser entendido dentro de um contexto de disputa política de narrativa, pois estão em questão as posições sociais de identidade: imposição ideológica de um estereótipo inferiorizado; recusa à arbitrariedade e à aceitação da mesma através do uso flexível das “identidades”; e construção da autoimagem centrada na memória, na experiência e em valores culturais herdados. Uma negociação, como vimos no capítulo anterior, mesmo que forçada, é capaz de refrear os excessos da cidade e dos governos ante à favela percebida como desorganizada.

Essa análise nos indica que favela e cidade são modelos complementares, mais que antagônicos, enquanto o embate identitário serviria como uma espécie de ponto de equilíbrio na distribuição de poder, forçando um modelo de convivência que amplie número de participantes na cidadania, numa tentativa, dentro das possibilidades do (desigual) jogo do poder, de evitar que esse jogo se concentre todo apenas de um lado, revelando-se, em sutileza, a capacidade de intermediar junto ao estado, mesmo diante de um conflito sempre renovado, como aponta Adair Rocha de que “o permanente risco da remoção continua fazendo do asfalto o inimigo constante que ameaça a existência das favelas, sobretudo, quando se situam nos morros da zona sul.” (ROCHA, 2012 p. 21). Essa capacidade de negociação foi possível pelo fato de que os moradores de favelas trabalharam de forma a selecionar argumentos e contra-argumentos em relação ao Outro. Desse modo, a identidade própria defendida pelos autores resguarda características associadas à tradição e herança cultural.



Figura 11: Abre-alas . Fonte: Varal de lembranças, p. 30.

O livro *Varal de lembranças* está situado naquilo que o sociólogo Michael Pollak (1992) descreve²⁵ como problema da ligação entre memória e identidade social – aquela que um grupo de pessoas passa a se referir no conjunto quando falam de si, além de suas percepções e representações individuais - no âmbito das histórias de vida, que são as

²⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>. Acesso em: 02 Out. 2020.

escolhas, feitas na perspectiva do indivíduo, dos acontecimentos mais importantes que marcaram a memória do sujeito. Dessa forma, a história de vida se liga à biografia. Seguindo a definição de Pollak, essa “[...] nova área de pesquisa se chama de história oral²⁶” (POLLAK, 1992, p. 200). O livro se encaixa nas características, não apenas porque narra histórias de vida, a fim de preencher as lacunas com informações transmitidas pela distante tradição oral. Assim, podemos chamar a transmissão da palavra falada, que, por parte da tradição de civilizações orais, que reconhecem a fala como instrumento para além da comunicação cotidiana, mas também como forma de preservação de conhecimentos transmitidos, de maneira verbal, de geração em geração. Porém, na cambaleante democracia de nossa sociedade, podemos atribuir o uso da técnica associada à falta de oportunidades de acesso à educação e, conseqüentemente, à escrita. Os autores trazem consigo e vão tratar, mesmo que de forma tangencial, conceitos, ainda que não portem uma teoria acadêmica sobre si mesmos, de “identidade e de construção, na longa duração, de uma identidade” (POLLAK, 1992, p. 200).

Maurice Halbwachs, nos anos 1920-1930, já havia sublinhado o fato de que a memória deveria ser entendida também, ou, sobretudo, como “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente” (cf. POLLAK, 1992, p. 201). De certa forma, a análise do livro como fonte para compreensão tanto de sociabilidades como das formas de convivência e resolução de conflitos, mostra que os moradores/personagens de favela são capazes de debater aspectos de sua existência, além da mera sobrevivência e dos discursos de resistência, e que tanto na favela quanto/ou na cidade, a memória tem seus “marcos ou pontos” (POLLAK, 1992, p. 201).

Se a versão da história escolhida e narrada pelos moradores de favela nas páginas do livro é crível ou não, ainda assim, é um testemunho sobre a experiência coletiva do Outro, e que também compõe a cidade. A ausência desse elemento narrativo na história oficial, torna ainda mais difícil se pôr em seu lugar e obstaculiza mais ainda entender suas vivências e experiências particulares dada a “distância social e distância psicológica” (VELHO, 1978, p. 124).

²⁶ A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em 29/3/2021.

Distância social e distância psicológica, ou um ver-de-fora-para-dentro

O índio, o negro, o mestiço, mulato ou caboclo são vistos como seres dignos de simpatia, embora mais toscos, mais rudes, mais instintivos, em suma, mais primitivos, e, palavra que escapa, inferiores aos brancos.

(BOSI, p. 331)

Essa proposta de construção de identidade parece vir em oposição aos ditames da cultura erudita. Uma forma de resistência, aparentemente inconsciente e desarticulada: “eu aprendi a defender ideias e discutir questões, mas não eram questões ideológicas não, eram coisas menores entendeu?”. Uma recusa sistemática à imposição de um estereótipo, que manifesta-se em formas possíveis e variadas, inclusive numa dimensão de literatura periférica como a poesia musicada de Carlos Costa aos dezesseis anos, música vencedora do festival de canção intercolegial, no qual o tema era o cotidiano escolar, mas escolheram outro tema:

A professora me ensinava coisas, mas independente daquilo que ela me ensinava, tinha outras coisas que eu queria mostrar, apresentar pra ela, pros meus coleguinhas, por exemplo: “– Vocês têm que lavar a mão na torneira direitinho com água e sabão”. Eu precisava dizer pra ela que lá na favela eu pegava água direto na bica, que era o lugar que juntava água, e a gente tinha botado um cano, e a gente levava e enchia um balde e ali mesmo a gente tomava banho em cima de uma pedra, que a gente não tinha banheiro, que a gente não tinha chuveiro, que a gente não tinha xampu, que a gente não tinha condicionador [...] Então eu queria mostrar pra ela de onde eu vinha, eu tinha que dizer pra ela que até eu chegar na escola, eu tinha que subir ou descer não sei quantos degraus, até chegar à minha casa, até chegar ao ponto do ônibus, eu tinha que dizer pra ela que eu precisava esperar um ônibus que vinha com um motorista que dava carona, deixava entrar pela porta da frente, ou o cobrador que deixava eu passar por baixo da roleta. Essa era minha identidade. Isso é identidade, é o meu universo, é a minha história. Eu tinha necessidade de apresentar quem sou, o que existe por trás de mim, de onde eu vim. É isso que a música fala, entendeu? Nós somos o que somos, e ninguém vai nos mudar.”. (COSTA, Carlos. Entrevista, 29/4/2021).

Parece-nos que a construção do pensamento identitário desse grupo de moradores a partir do livro indica o início de uma sistematização acerca de um assunto já conhecido e essa discussão passa pelo modelo afirmativo como o tom da música vencedora do Festival de música entre escolas, apresentado por Lília Trajano: “Nós somos o que somos

e ninguém vai nos mudar; ou nos aceitam como somos, ou vão ter que nos aturar”²⁷. Defenderam a poesia de Carlos Costa, em forma de música, descrevendo sua localidade, seus valores e se afirmando identitariamente, deliberadamente, optando por uma posição de fuga ao protocolo do tema proposto do festival, que deveria ser o cotidiano escolar, dos estudantes, dos professores e das disciplinas.

Eu lembro que quando acabou o festival, que a gente ganhou o festival daquele ano com essa canção, foi um quebra-quebra, porque os outros, que eram do asfalto, que tinham músicas bonitas, acharam horrível que uma pessoa que exaltasse a favela vencesse o festival da canção, falando da favela. Fugiu um pouco do protocolo que era o samba daquilo que a gente fazia. Era para falar da escola, era para falar dos alunos, dos professores, das disciplinas e a gente fez essa música, e foi bonito isso, ainda hoje, as pessoas olham pra favela com o olhar de que ali só tem bandido. (TRAJANO, Lilia. Entrevista, 20/5/2020).

A afirmação da construção de um pensamento identitário dos moradores e sua reprodução é marcada também pela resistência de modelos já averiguados e em voga e que se recusam a contemplar o Outro na sua diferença, em seus problemas, desejos e anseios, que, à sua época, já eram discutidas, mesmo que pela negação de sua existência ou de sua validade enquanto ser social:

Quando eu trabalhei ali no CIEP da Curva do S, o Bento Rubião, algumas professoras diziam isso: “– Pra que eu vou perder meu tempo ensinando aqui, se aqui as meninas vão ser putas, prostitutas e os homens vão ser bandidos, traficantes?”. E a gente mudar esse conceito da cabeça de uma professora que tava recém-saída do magistério indo dar suas primeiras aulas com esse conceito na cabeça era difícil, imagino que hoje ainda deve ser difícil isso. (TRAJANO, Lilia. Entrevista, 20/5/2020).

Contudo, a visão ou percepção da diferença desses dois mundos paralelos está representada e exposta por apenas um dos lados. A ciência da duplicidade desses mundos que correm lado a lado e coexistem somente se dá para aqueles que cruzam suas fronteiras diariamente, o que subentende-se uma via de mão única - de sujeitos com inserção e trânsito entre diversos mundos sociais ou esferas de vida, cada um deles marcados por normas, regras e lógicas de ação particulares e, por vezes, conflitantes.

Favelado é aquele ser com um conjunto de valores, cultura, conhecimento e estigmas. Já naquela época, final da década de 1970, já era alguém estigmatizado, de alguma forma, como subpessoa [...]. Aquilo ali foi a minha referência, foi daquele lugar ali, foi daquele ambiente que eu vim, aquele ambiente é o meu berço, a partir de onde eu fui gerado e a partir de onde eu desenvolvi toda a minha trajetória, todos os meus rumos, com razões, orgulhos

²⁷ Entrevista Lilia Trajano, 20/5/2020.

e rejeições que eu trouxe daquele momento, daquela época. (COSTA. Entrevista Carlos Costa, 29/4/2021).

Podemos observar uma proposta de confronto identitário enviesado, uma vez que é preciso fugir do modelo de enfrentamento e resistência heroica adotado pela literatura clássica, e entender que esta *revolta* não pode ser frontal, dada a característica violenta e repressora da sociedade, principalmente, com os grupos minoritários. A possibilidade de refutação, “simples, pobre, elementar, grosseiro, vulgar, ou as formas monótonas, repetitivas, não originais” (BOSI, 1996, p.333), entender que existe um filtro, com rejeições maciças da matéria impertinente e adaptações sensíveis da matéria assimilável (BOSI, 1996), e se dará pelas vias de uma resistência cotidiana, com seu dinamismo aparentemente, lento, porém seguro, que se reproduz em microescalas, no interior da rede familiar e comunitária, apoiada pela socialização do parentesco, do vicinato e dos grupos religiosos (BOSI, 1996). Dessa forma, impondo-se às formas de desclassificação, vinda de uma cultura dominante e impositiva, numa tentativa de enfrentar “os equívocos do olhar etnocêntrico e as interpretações, simpáticas, mas distorcidas, da antropologia nacionalista (ultimamente, populista), significam, em última instância, um ver-de-fora-para-dentro; uma projeção, uma estranheza mal dissimulada em familiaridade.” (BOSI, 1996 p. 331).

Em seu capítulo *A universidade como produtora de pesquisa* (VALLADARES. 2005. A invenção da favela, p. 120): “Os primeiros cursos de pós-graduação em ciências sociais no Rio de Janeiro foram instituídos no Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa pós-graduação em antropologia, além da formação clássica, oferecia cursos voltados para grupos indígenas e campesinato, temas priorizados pelo programa. (VALLADARES, 2005, p. 120).

Somente com a influência de Anthony Leeds o tema cidade entrou para o programa da pós-graduação e junto com ela, e a reboque, a favela, tema que Leeds estudava.

O trecho acima nos remete àquilo que Bosi descreve como o estímulo externo de chamamento ou de atração da universidade. Essa não se coloca como proponente, mas solicitada pelo mercado: “hoje assistimos a uma solicitação intensa dos setores universitários pelas empresas de comunicação em busca de assunto. A indústria cultural, principalmente nas suas faixas de consumo mais exigentes, virou divulgadora, diluidora ou exploradora do trabalho universitário crítico e criador”. (Bosi, 1996, p. 327). O uso dos meios de difusão não partiu, porém, da universidade, mas a indústria cultural “chegou

a ela, solicitou-a e até certo ponto assimilou-a ao projeto modernizante em curso.” (Bosi, 1996, p. 327).

O apelo para fundir técnica e irracionalismo se fez ouvir sintomaticamente nos fins da década de 60, período em que o Brasil viveu uma primeira onda de saturação do consumo tecnológico e dos meios de comunicação de massa. Não por acaso é o momento áureo do tropicalismo que repropõe a volta ao pensamento antropofágico do modernismo. Evidentemente, agora os índios tupis são substituídos pelas massas cujos modos de sentir e dizer passam a integrar, por exemplo, o conto e o teatro da violência. A cultura erudita busca renovar-se pelo aproveitamento mais ou menos bruto, mais ou menos elaborado, do que lhe parece ser a espontaneidade e a vitalidade populares. (Bosi, 1996, p. 332/333).

O que estava em jogo não era a vida de seres humanos, mas as formas de luta contra o sistema/Capital. Importa mais o resultado das pesquisas, ainda que inconclusivas, e a manutenção e reprodução do sistema acadêmico, indiferente ao fator humano, por objeto, distante e frio da análise dos dados coletados, o resultado de pesquisa acadêmica fascina, em um paralelo com Antonil citado por Alfredo Bosi:

[...] a manufatura do ouro branco o fascinava. As coisas, não os homens. As coisas que movem os homens a produzi-las dia e noite. As máquinas que obedecem a leis de ferro, infringidas as quais, sofrem os homens riscos de mutilação e de morte. Esse é o universo de Cultura e opulência do Brasil que faria as delícias do jovem Marx analista da reificação do trabalhador fabril. (BOSI, 1996, p. 165).

Nesse modelo analítico a favela tem, no centro, a violência, as desigualdades sociais, a ausência de infraestrutura. O trabalho, remunerado um pouco acima do patamar da escravidão, assunto que não toca os horizontes dos pesquisadores cuja tradicional origem social lhes permite não experimentar da necessidade de sobreviver com uma renda insuficiente. Não a vida, mas as lides diárias e seus retornos aos morros será o produto observado passo a passo: descida até o posto de serviço e realização de seu trabalho, alvo de sua dignidade para fugir do estigma da marginalidade, onde o “sujeito é a coisa a produzir-se, e o objeto os corpos.” (BOSI, 1996).

Não se pode, de resto, fugir à luta fundamental: é o capital à procura de matéria-prima e de mão-de-obra para manipular, elaborar e vender. A macumba na televisão, a escola de samba no Carnaval estipendiado para o turista, são exemplos de conhecimento geral (BOSI, 1996). Devemos incluir nesta lista a favela como objeto de pesquisa acadêmica. Dessa forma, parece-nos que algumas pesquisas acadêmicas contribuem para reduzir as favelas à função de folclore para turismo.

Quando o objeto vira sujeito, quando o sujeito vira objeto

Uma observação crítica pode ser feita da prática acadêmica da observação dos sujeitos da favela, e, que não se refletem em políticas públicas que melhorem a vida dessa parte da população, o trecho de Valladares “a pesquisa acadêmica” vivendo no Rio de Janeiro atraídos pela atividade febril das pesquisas de favela durante trinta anos ocupados em entrevistar os moradores e suas experiências, para “coletar e dispor em um bem ordenado livro” (BOSI, 1996, p. 165).

Segundo Bosi, a tentativa de encaminhamento desse tipo de problema entre objeto de análise e observador não seria possível

[...] sem um enraizamento profundo, sem uma empatia sincera e prolongada, o escritor, homem de cultura universitária, e pertencente à linguagem redutora dominante, se enredará nas malhas do preconceito, ou mitizará irracionalmente tudo o que lhe pareça popular, ou ainda projetará pesadamente as suas próprias angústias e inibições na cultura do outro, ou, enfim, interpretará de modo fatalmente etnocêntrico e colonizador os modos de viver do primitivo, do rústico, do suburbano. (BOSI, 1996, p. 331)

A naturalização da violência por um lado (as ameaças de remoção para citar apenas um exemplo da insegurança cotidiana) e, também, do privilégio de outro que “recebe os emolumentos, ou honorários, que provêm dos impostos de uma população de poucas letras, com a qual não tem tempo nunca de conversar” (BOSI, p. 334) e que detêm os meios de objetificação da população pesquisada, cuja realidade de um objeto de estudos que não muda de posição, favelados objetificados x doutores que fazem carreira, sem que isso se reflita numa política pública significativa. Essa manutenção para uns de privilégio e de violência e exclusão para outros, talvez, possa se refletir na constatação de que para a favela resta a situação do imobilismo social, ao passo que os doutores farão de seus filhos também doutores, se esses assim o desejarem, ao passo que os filhos dos favelados necessitarão de várias gerações para acessarem aos mesmos postos, jamais em pé de igualdade nas seleções, pois não viajaram para o exterior e não falam outra língua. Arriscamos dizer que seria a reedição da fórmula furtadiana da privatização do lucro e da socialização do prejuízo.

A publicação do livro *Varal de lembranças* seria a forma da literatura periférica aplicar a fórmula *sujeito vira objeto e objeto vira sujeito*? Seria a aplicação da resistência cotidiana? Possível, paciente, segurança? Talvez devêssemos estudar o resultado das pesquisas dos doutores e seu impacto sobre a vida dos objetos humanos estudados, medi-

lo com sua ascensão profissional e buscar compreender qual a sua relação com o conhecimento construído pelo campo de estudos nas favelas.

Após anos de pesquisa acadêmica nas favelas, seus resultados, com baixo impacto da população-alvo, deveriam passar por uma análise com a finalidade de se repensar sua eficácia, para verificar o quanto são aplicáveis às situações precisas da vida cultural brasileira, uma vez que ainda não foi estudada em profundidade. Os incontáveis estudos sobre a favela realizadas por membros de outra classe, com um distanciamento social e psicológico (VELHO, 1978) que fazem da vida humana meros objetos de estudo e exercício sem finalidade direta, e com responsabilidade consigo mesmos e que, segundo Bosi:

Os intelectuais puramente acadêmicos assim como os profissionais tecnicistas estão, em geral, satisfeitos com as suas conquistas no esforço de se adequarem ao estilo internacional de vida e contentes com os rendimentos econômicos e sociais que lhes tem dado o seu status. Por isso, podem passar a vida sem conhecer a cultura popular, sem ocupar-se dela, sem entrar em contato real com ela, bloqueados que estão, além do mais, pela própria barreira de classe ou de cor. Quando muito, vendo-a transposta para a televisão, ou no intervalo de lazer de suas excursões turísticas, recebem uma imagem no nível do espetáculo, imagem que só acentua o ponto de vista elitista de desprezo ou de pena pelo atraso do povo brasileiro” (BOSI, p. 333/334)

Levar em conta o ponto de vista dos próprios atores estudados como elemento de problematização das próprias teorias talvez possa alimentar e tensionar o debate acadêmico, assim como fazer uso da teoria para alimentar o próprio pensar, não apenas replicar noções e conceitos.

O texto de Valladares passa pela afirmativa de Bosi que nos “fins da década de 60, período em que o Brasil viveu uma primeira onda de saturação do consumo tecnológico e dos meios de comunicação de massa” (BOSI, 1996, p. 334), cuja falha, segundo o autor, consiste em que os atores de uma determinada origem social não passaram por um processo de autodiagnóstico da cultura erudita, no qual essa busca renovar-se pelo aproveitamento, mais ou menos, bruto, mais ou menos elaborado, do que lhe parece ser a espontaneidade e a vitalidade populares (BOSI, 1996). Nessa formulação, o Outro é o povo, ao mesmo tempo explorado e intocado.

Bosi afirma que existe na academia uma prática inconsciente por parte dos pesquisadores, de um culto à autoridade com relação ao objeto pesquisado e que não se apercebe de seus desdobramentos, pois já “introjetou tão profundamente um esquema de dominação que já não se apercebe dele” e que esse se manifesta “no seu culto, tantas

vezes, involuntário, da autoridade (afinal, o elitismo quer-se, pelo menos, liberal), o intelectual [...] na sua alienação, consegue excluir do seu universo a existência concreta do dominado. Conhece-o de citação. Senta-se na poltrona requintada feita pelo artífice que ele nunca verá” (BOSI, p. 334).

Não podemos afirmar a escrita de resistência no livro *Varal de Lembranças* como uma mentalidade antiburguesa (BOSI, 2002), porém podemos atestar como “um não lançado à ideologia dominante” (BOSI, 2002. p. 129).

Os autores do livro trabalham com testemunhos de vida e história oral e criam sua cronologia à medida que vão esbarrando em questões de ordem dos fatos, assim como, ensina Pollak: “[...] todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida” (POLLAK, 1992, p. 201). Qual dos caminhos podemos escolher para fazer análise do livro para sustentar a ideia do debate sobre identidade dentro de uma favela? Para Le Goff “[...] a etnologia leva também o historiador a dar relevo a determinadas estruturas sociais, mais ou menos, obliteradas nas sociedades ‘históricas’ e a complicar sua visão da dinâmica social, na luta de classes” (LE GOFF, 1979, p. 317).

Será preciso outra lente para pensar novos objetos, pois segundo o autor “[...] as noções de classe, de grupo, de categoria, de estrato etc. devem ser consideradas segundo a inserção na estrutura do jogo social de realidades e conceitos fundamentais mais marginalizados pela sociologia pós-marxista” (LE GOFF, 1979, p. 317). O antropólogo Gilberto Velho (1978) aponta semelhante inquietação com a tradição marxista que, embora valorize a experiência comum de classe e o caráter supranacional da luta política, “[...] desenfaixa os laços comuns, patrimônio cultural de que poderiam participar classes sociais distintas” (VELHO, 1978, p. 04) e que “[...] expressões ou termos como burguesia internacional, unidade internacional proletária tendem a sublinhar a importância de experiências e interesses sociológicos e históricos comuns em detrimento das noções de identidade e cultura” (VELHO, 1978, p. 04). Seguindo essa linha de raciocínio, seria complicado fazer uso das ferramentas marxistas tal qual descritas no século XIX ou nos anos 1960 do século XX.

O sociólogo e teórico cultural Stuart Hall, ao tratar do tema identidades culturais, as entende como compostas de três conceitos, ressonantes daquilo que constitui uma cultura, em se tratando de uma comunidade imaginada: as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança (HALL, 2006).

Para ancorar nossa discussão sobre comunidade e identidade e ajustar nossa ideia de aplicação e uso do termo utilizado para nação, Timothy Brennan nos faz lembrar que a palavra nação refere-se “tanto ao moderno Estado-nação, quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natio* - uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento” (Brennan, 1990, p. 45 citado por HALL, 2006, p. 58).

Pensamos que um paralelo pode ser traçado quando falamos de favela, uma vez que o Estado refere-se a ela com o termo militar “território”, *locus* geográfico e psicológico de fronteira, e cuja pacificação se faz necessária, e que o mesmo parece ser contrário ao desenvolvimento local, pois devemos entender a cidade como o ambiente socioespacial onde se dá a realização das práticas sociais dos diversos atores que disputam as oportunidades de viver (LIMA, 2008). Nas favelas percebe-se que os habitantes vão buscar a construção de uma cidadania que se realiza a partir das iniciativas locais de geração de trabalho e renda que buscam ultrapassar as limitações e as poucas possibilidades de inclusão em suas formas de participação social na cidade. Somada a isso está a necessidade de manter a favela sob controle e segurança. Lembremos que, no caso da favela da Rocinha, ela foi transformada numa região administrativa devido às suas dimensões e população, como vimos no capítulo 1.

Esta busca por construir uma cidadania partindo das iniciativas locais nos parece demonstrar a permanência de formas de solidariedade em pequenas comunidades tradicionais, que serviram de base para construção de sociedades modernas. Formas de solidariedade que se mostram vitais para a manutenção da identidade social, que permitem a sobrevivência da vida em comunidade, partindo da experiência de soluções compartilhadas, da prática de ajuda mútua, a cumplicidade das mesmas necessidades não atendidas, as mesmas ‘faltas’ de serviços, essa “cultura partilhada” é:

[...] agora, o meio necessário, o sangue vital, ou talvez, antes, a atmosfera partilhada mínima, apenas no interior da qual os membros de uma sociedade podem respirar, sobreviver e produzir. Para uma dada sociedade, ela tem que ser uma atmosfera: na qual podem todos respirar, falar e produzir; ela tem que ser, assim, a mesma cultura (GELLNER, 1983, pp. 37-8, apud HALL, 2006, p. 58).

A solidariedade dos desamparados: nos referimos aqui a um nível quase ideal, uma vez que estar em situação de desamparo ou ser um morador pobre de favela não leva necessariamente ao ato de ser solidário com alguém na mesma situação, uma vez que “todos jogam com todas as suas identidades, vale dizer, com eixos classificatórios

possíveis” (DAMATTA, 1997, p. 194) e “[...] se o critério econômico é determinante para o padrão de vida, não é, de modo algum, determinante das relações pessoais (e morais). É, pois, muito mais fácil a identificação com o superior do que com o igual” (DAMATTA, 1997, p. 194). Porém, a necessidade operacional da vida em favela é o que fará com que pessoas de diferentes origens culturais construam uma identidade de grupo, uma vez que a experiência coletiva pode nivelar as identidades e culturas tendo o papel de criar um amálgama e possibilitar que “[...] culturas razoavelmente homogêneas, tenham, cada uma, seu próprio teto político” (GELLNER, 1983, pp. 37-8, citado em HALL, 2006, p. 58).

O papel político da identidade dentro da favela, por mais diferentes que seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, a força das ações externas - as violentas incursões do estado via força policial, a política sistemática de remoções cuja consequência assemelha-se à punição do desterro com suas implicações psicológicas: a purgação da zona sul é o equivalente ao ostracismo²⁸, que para o favelado removido seria o rompimento dos laços familiares, sociais e culturais – os empurra na busca de uma unificação em torno de uma identidade coletiva e cultural. Indivíduos que, antes de se tornarem favelados, removíveis, *matáveis*, desterráveis, foram pequenos produtores rurais de subsistência, migrantes, retirantes, frutos da grilagem e expulsos do campo e das pequenas cidades do interior do Brasil e do estado do Rio de Janeiro, agora representam-se como pertencentes à mesma e grande ‘família local’:

Eu vivi num momento da Rocinha que a Rocinha era uma família, seja na Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Valão. Todo mundo, de uma certa forma, se conhecia, seja por causa da escola, por causa da praia ou por causa da SOREG, que era um clube que tinha dentro da Rocinha, que era uma quadra de futebol. Então, a Rocinha era realmente uma família e todos se conheciam. Pelo menos, eu tive essa vivência lá (TRAJANO, Maurício. Entrevista em 02/4/2020).

Porém, precisamos problematizar se a questão da necessidade e a experiência comum forjam uma identidade coesa e se a mesma anula e subordina a diferença cultural. Semelhante às descrições do ritmo de vida na favela à época da escrita do livro, a entrevista de Trajano, feita tempos depois, mostra como essa ‘família’ perde seus laços com a chegada continuada de novos habitantes: “[...] hoje eu não vejo muito assim, as pessoas vão lá, alugam, mas não demoram muito e não criam raiz, já estão saindo fora, e

²⁸ Consequência de um ato político adotado contra pessoas de mesma nacionalidade, que resulta em desterro, banimento, exclusão ou expulsão. Diferente do modelo antigo que poderia ter uma determinada duração, o modelo atual da cidade contra os favelados, pretende ser definitivo.

a maioria do pessoal que eu conhecia aí [se mudou]... hoje só quem mora aí é meu irmão.” (TRAJANO, 2020).

Hall argumenta que a identidade não é inata e que ela se fixa na representação, assim como podemos supor que as identidades locais “não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas; no interior da representação” (HALL, 2006, p. 48). Segue-se que a identidade não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentido – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas membros anônimos de um grupo, são também parte ativa da ideia de continuidade tal como representada em sua identidade cultural e tomando de empréstimo Schwarz que a identidade é “uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de coesão, lealdade e continuidade”. (SCHWARZ, 1986, p.106 apud HALL, 2006, p. 49).

Em nosso caso, a identidade que tratamos, nos termos de Gellner (2006), tem como destinatários a tribo, o povo: o grupo ou os assemelhados socialmente e que não parece ter havido uma anulação das identidades individuais e perda das heranças culturais de retirantes, migrantes ou forçados ao *nomadismo urbano*. Embora esse seja continuado pelo fantasma da remoção, a lealdade e identificação às raízes foram mantidas, assim como as diferenças regionais e os conflitos continuam a existir. Mas, na favela, por necessidade de sobrevivência, eles foram gradualmente sendo colocados, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político”. Esse artifício tem suas diretrizes ditadas por um grupo, nesse caso multicultural, e não mais étnico que, por sua vez, está subordinado à imposição do padrão universalista de alfabetização do estado. Esta educação formal traz consigo a imposição das regras do código de leis, junto com a obrigação de uma ordem: de horário e locais de circulação, e a distinção visual forçada através uso dos uniformes (porteiros, babás, empregadas) aos grupos mais submissos ao Estado, que propriamente cidadãos.

Tais imposições agem na atualização, adaptação ou modernização da expressão “Sabe com quem está falando?” (DAMATTA, 1997) e que, através da identificação visual, ajusta o termo tácito para o “sei com quem estou lidando”. Essa performance afasta a necessidade de se pronunciar, bastando agora um olhar para impedir o Outro de circular, “ato expressivo e consciente que, na sociedade brasileira, parece fundamental para o estabelecimento (ou restabelecimento) da ordem e da hierarquia.” (DAMATTA, 1997, p.196)

A narrativa da experiência coletiva, contada e recontada nas histórias pela tradição oral, pela cultura popular e reforçada pela mídia nos dá acesso a uma gama de narrativas, paisagens, acontecimentos históricos e “[...] que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão ‘sentido’ ao grupo e que darão significado e importância a essa comunidade imaginada, ligando seu cotidiano e suas experiências comuns ao seu destino coletivo que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte.” (HALL, 2006, p. 52).

Eventos que formarão a trama que nos prende invisivelmente ao passado e com ênfase na tradição e na herança e, acima de tudo, uma crença na continuidade da sua história, mas, diferente da ideia de uma civilização única e pura, como prega a cartilha colonial, e sim o resultado de muitas culturas e que não exercitarão o poder após o desenvolvimento local, pois “nas realidades do desenvolvimento nacional é, raramente, esse povo primordial que persiste ou que exercita o poder.” (HALL, 2006, p.56).

Na favela, o que ligaria pessoas que não se conhecem e não sabem da existência uma das outras, pois impedidas por uma rotina extenuante de trabalho à qual estão submetidas, “não queremos ser expostos ao terrível cansaço das longas viagens após uma dura jornada de trabalho” (VARAL DE LEMBRANÇAS, 1983, p. 106). Seria, basicamente, a coexistência em uma mesma hora e espaço das saídas para o trabalho, nos espaços do transporte coletivo, como os pontos de ônibus, um momento de consciência do compartilhamento no mesmo tempo e espaço:

A gente tinha que sair de lá às quatro e quarenta, num trem que vinha de Japeri. Aquele trem vinha que era uma tristeza. Era eu e minha mulher. Ela trabalhava na São Clemente, e eu trabalhava na Ataulfo de Paiva. Essa mulherzinha, que a senhora está vendo aqui, a Zenaide, isso é uma heroína! Ela tinha mais raça do que eu. Ela agarrava no meu braço, e quando o trem chegava e abria as portas, nós entrávamos por dentro daquele pessoal. O trem já estava cheio. (VARAL DE LEMBRANÇAS, 1983, p.24)

O fato de um grupo de pessoas estarem na mesma hora e local e mesmo que residam numa determinada localidade da favela, ainda assim, será provável que não conheçam a grande maioria dos outros habitantes, assim como não é possível ter ciência da situação de vida em que os mesmos se encontram ou o que estão fazendo. Porém, ainda assim, poderão ter a consciência de que estão numa situação semelhante, seja um problema comum e constante (transporte, saneamento etc.), vivido de forma anônima e simultânea por eles. A experiência comum de seus cotidianos, como a expectativa de uma enchente: “todo mundo saiu de roupa de dormir, só eu que não saí de camisola, porque

sempre que eu vejo uma chuva assim eu me previno, que eu tenho um medo de acontecer qualquer coisa e eu ter que sair pela por aí” (VARAL DE LEMBRANÇAS, 1983, p. 96). Essa perspectiva alimentaria o sentimento de pertencimento comum aos anônimos:

Eu tinha doze anos de idade quando houve as enchentes na Rocinha. Começou de noite a chover. Eu só tomei conhecimento pela manhã, com os comentários dos vizinhos: era fulano que tinha morrido, era pedra que tinha rolado levando barracos, matando gente. Na porta da SOREG, um corre-corre. Várias pessoas feridas, ou estavam desabrigadas, foram levadas pra lá ou pra Fundação. Outras ficaram em casa de vizinho que o barraco não havia caído. (VARAL DE LEMBRANÇAS, 1983, p. 95).

A experiência vivida e compartilhada, somada à imagem criada para si próprios, por outro lado podem gerar o que chamamos sentimento de identidade. Habitar o mesmo espaço e tempo, acrescido das dificuldades de acesso e luta pela permanência, como no caso exposto: contra uma força natural, o poder devastador das chuvas, mas que poderia ser contra uma força social, a política de remoção do Estado. Sua realidade, exposta de forma frequentemente violenta e depreciativa por estarem constantemente associados ao crime e à vagabundagem, nas primeiras páginas dos jornais impressos, ainda que seja pela perspectiva negativa, a notícia confirma a existência de sua realidade em comum, agora imaginada em coletivo e não mais isolados.

A importância da linguagem comum das experiências compartilhadas para a formação da identidade permite a consciência da existência de outros habitantes em situação semelhante. A transmissão oral nesse cenário, aliada às informações advindas de uma literatura imposta, materializada na escola e no sistema de educação e também pelos jornais, ganha importância na difusão de problemas que afetam a todos os residentes de forma comum, assim como faz circular as possibilidades de soluções em grupo. As traumáticas experiências psicológicas comuns, como as constantes ameaças de remoção, compartilhadas no cotidiano fornece o lastro necessário e tornando-se a narrativa comum, tanto falada quanto escrita, para propagar essa identidade coletiva.

Essa experiência coletiva do cotidiano local colabora, também, para a relação entre mercado, as caracterizações produzidas pelos veículos de comunicação e os habitantes de favela. A imagem construída pelos meios de comunicação é rejeitada pelos retratados, e contribui para a formação dessa unidade em torno de uma identidade. Contrariando a representação de uma marginalidade, a busca diária pela sobrevivência se dá pela via do mercado de prestação de serviços. Sua tentativa de inserção marginal é, conseqüentemente, desvalorizada como retorno financeiro, em um ciclo de

retroalimentação do capital. Uma identidade é, dessa forma, um critério de distinção entre múltiplos grupos. Trata-se da diferenciação entre favela e cidade, e não nos parece a busca por assimilação da parte de uma pela da outra, mas sim a resistência contra uma prática, que na realidade consiste na tentativa constante do apagamento da identidade de uma das partes através de sua negação. Essa oposição entre uma identidade de favela e uma identidade de cidade denota o embate entre ideias políticas diferentes, que envolvem, principalmente, uma discussão entre as distinções de valor das heranças culturais entre migrantes – rurais ou urbanos - e estabelecidos (ELIAS, 2000).

As narrativas encontradas nas páginas do *Varal de Lembranças* nos ajudam a pensar que existe, na sociedade atual, um problema da construção de uma espécie de identidade comum aos habitantes de favela, que se opõem, consequentemente, à imagem do outro, citadino da metrópole, e da negativa sistemática de uma alteridade que vem servindo como forma de inferiorização do outro.

As variadas concepções para as formas de uma humanidade exclusiva, universal, porém designada e tendo como centro de referência a Europa, embora essa carregue ambiguidades e tenha desenvolvido o arianismo como possibilidade de gestão do Estado, teoria muito combatida na atualidade, ao mesmo tempo em que a sociedade vê com naturalidade que uma política estética tenha como o referencial o nordismo²⁹.

Se isso está posto, para os povos extraeuropeus, quando, e desde o advento de uma colonização desumanizante, foi construído aquilo que Gilroy chamou de infra-humanidade, em oposição a um “humano universal”, este restrito a uma raça, religião, cor e nacionalidade, nos moldes hitleristas de um humanismo meramente formal, “ideal definido em termos por demais restritivos” e cujos reflexos persistem em nossa sociedade e podem ser percebidos na forma como habitantes de favela são exaustivamente retratados, num trabalho árduo de consolidação de uma imagem desfavorável, como aqueles que vivem sob um regime despótico e em condição servil dos poderes locais, ao contrário dos cidadãos, orientados pela liberdade, pela vontade e pela democracia.

Reflexos que podem ser percebidos na atual militarização das favelas com a política de intervenção das Unidades de Polícias Pacificadora – UPP, cuja missão consiste na ocupação permanente de forças militares policiais nas favelas. Uma intervenção policial

²⁹ Simpatia pela estética dos países nórdicos, sua história e sua literatura. Reflete-se nos ditados populares que positivam e desejam fortemente o tipo “loura de olhos azuis” e na forte colonização do imaginário brasileiro estampado da didática diária nas tvs e *outdoors* pelas cidades do Brasil.

que resultou em violência física e psicológica cujo maior símbolo foi o desaparecimento de Amarildo Dias de Souza

As ocupações militares feitas pela polícia tornam as favelas um *locus* onde os limites éticos podem ser alargados e esses podem ser percebidos na ação dos agentes do estado, que parecem sentir-se livres para tomar vidas, encorajados pelo subterfúgio legal das mortes por auto de resistência, nome dado às mortes por intervenção policial realizada naquilo que se qualificou com o termo militar “território”, o que implica ser externo, alheio, estrangeiro e, por isso mesmo, necessita de pacificação.

Modernidade definiu um novo papel para os seus soldados cidadãos merecendo ser reconhecida como algo que quero chamar de ‘uma ecologia distinta de pertencimento’. Uma fórmula especial para a relação entre território, individualidade, propriedade, guerra e sociedade. (GILROY, 2001, p.78).

O que testemunhamos é uma forma de reordenamento advindo do estado de exceção, que se qualifica pela suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais, também aplicada contra uma ameaça estrangeira, com a finalidade de proporcionar eficiência na tomada de decisões. Sua situação, de temporária de restrição de direitos e concentração de poderes passa a permanente como colocado pelo filósofo Giorgio Agamben, retomando a definição clássica de soberano, aquele que tem o poder de proclamar o estado de exceção, “o soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico”. (AGAMBEN, 2007, p. 23).

A experiência política e a vida comunitária organizada

Le Goff aponta algumas categorias importantes que podem ajudar na compreensão de um livro feito por moradores de favela com seu histórico de migração, pauperização e remoções em um contexto de ditadura militar: família e estrutura de parentesco; desmasculinização da história e classes e comunidades rurais.

A experiência política e a vida comunitária organizada, sistematicamente, podem ter aguçado o olhar crítico em relação à construção da noção de identidade e acelerado o processo de subjetivação e, em certas dosagens, as questões comuns como as discussões sobre remoção, necessidade de saneamento foram fonte de inspiração para formar e dar centralidade a esse “sujeito coletivo”, para que noções de memória tenham sido evocadas no debate da época sobre cidadania, e não mais cidadão extraclasse, e criam um universo onde experimentam a governança onde muitos grupos estarão representados.

Apoiados em Le Goff, observamos que os autores produziram um texto de valor histórico e que, talvez, possamos chamar etnográfico, com relatos descritivos de sua situação de vida na cidade. Essa escrita durante o campo de pesquisa em relação à memória, em “uma tentativa de encontrar uma metodologia para apreender, nos vestígios da memória, aquilo que pode relacioná-los, principalmente, mas não exclusivamente, com a memória política” (POLLAK, 1992, P. 200), se não uma política partidária, embora alguns dos participantes estivessem ligados a partidos políticos como PCB e PDT, mas também à memória de uma política de vizinhança.

Os agentes culturais, em sua trajetória por universos sociais tão diferentes – sujeitos que constantemente cruzam os espaços: porteiros, pipoqueiros, empregadas domésticas e faxineiros - descrevem uma série de experiências em primeira pessoa, e que acaba por analisar seu presente político e suas demandas locais que envolvem suas vivências urbanas pós anos 1960. É ressaltado nos textos apresentados -- com articulação e invenção de retóricas próprias que aludem tanto ao passado rural de retirantes, quanto de sujeitos citadinos, embora periféricos e, por isso, alheios ao conforto dessa -- que essa dupla regência os autoriza a expressar e registrar sua realidade no presente momento em que vivem. Essa representação e autoridade se irradiarão, a partir dos becos rumo às escolas através dos projetos político pedagógicos das escolas da favela. Estranhos, mesmo que sejam próximos favela e cidade, línguas iguais, mas com significados diferentes. Isso nos dá a possibilidade que conhecer uma outra realidade e de ver como essas experiências foram importantes para a retórica da alteridade, propondo que se fale de uma diferença, mas que essa não seja usada para hierarquizar. A discussão sobre identidade favelada provavelmente já era conhecida anteriormente pelos autores, nas associações de moradores:

Nosso livro não é só a história da Rocinha. De quantas favelas? É uma história do campo que vem aos morros. Uma história que sempre se tentou esconder. Uma história sufocada. Nosso livro abriu espaço, jogou pra fora uma parte da história da realidade nacional que aparece – e como! – nas faces das crianças da Rocinha. Não é a história ensinada nas escolas. São nossas falasções. O livro, em alguns momentos, aponta o sonho de algumas pessoas, em outros é a nossa crua realidade. Como diz Seu Inácio, nossos autores são vultos da história regional sobre quem habitualmente não se escreve, são heróis anônimos que vivem à margem da vida. Quem sabe um dia... A história será outra? (LIMA, presidente licenciado da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha - UPMMR. Varal de lembranças, 1983, p. 05)

O presidente em exercício da Associação de Moradores, Paulo Sérgio Farias, complementa com sua noção de uma identidade coletiva:

Este é um livro sobre a nossa história. É a história da Rocinha, história de uma grande parcela da sociedade brasileira, política, social e economicamente discriminada. E quem são os autores? Somos nós mesmos. Aqui a história é contada por quem presenciou e fez o crescimento desta gigantesca comunidade de trabalhadores.

A importância do nosso trabalho, da nossa cultura, do nosso dia a dia alcançar outros espaços, outros horizontes não é somente a edição deste trabalho. É também uma compensação gratificante dever que neste trabalho de equipe podemos dizer de alto e bom som: ESTAMOS AQUI E VIEMOS PARA FICAR! (VARAL, 1983, p. 05. Grifo dos próprios autores).

Esse senso de pertencimento e identidade é manifestado também nos círculos de cultura, uma vez que “a rapaziada era unida mesmo. Se um não tivesse dinheiro, os outros *guentavam*. Você assim ia ao bar. Quer bebida, quer sanduíche?” (VARAL, 1983, p. 75), e se fosse o caso de precisar tocar seus instrumentos musicais e provar que eram *trabalhadores* e *gente de bem* e serem presos devido ao pedido de liberação, em frente ao posto policial da Rocinha, para brincar o carnaval, sofreriam as consequências juntos “— Quando nós saímos meia noite, nós vamos cantar em frente ao posto. Quem quiser me acompanha. Você aí que está com o violão, você que está com cavaquinho, você que está com pandeiro, o que eles podem fazer é prender e depois soltar todo mundo ressabiado” (VARAL, 1983, p. 75):

Doutor Rui Dourado, o pessoal quer brincar!
 Senhor delegado, deixa a Rocinha sambar!
 Doutor Rui Dourado, doutor Rui Dourado,
 o pessoal quer brincar!
 Senhor delegado, deixa a Rocinha sambar! Trabalhando o ano inteiro,
 O samba é nossa alegria,
 O pessoal tão ordeiro
 Apelando para vossa senhoria,
 Doutor Rui Dourado.
 Doutor Rui Dourado, o pessoal quer brincar!
 Senhor delegado, deixa a Rocinha sambar!
 (Varal de lembranças, 1983, p. 75)

Como vimos, portanto, a construção do pensamento identitário dos moradores a partir do livro indica o início de uma sistematização acerca de um assunto já conhecido, cuja discussão passava pelo modelo coletivo, cuja reprodução já havia sido averiguada pelos autores em seu tempo, partindo de problemas de sua época, com sua forma de ver o mundo “os alunos perguntaram por que quê liam histórias de pessoas que não era da

vida deles e por que quê não contavam sua própria história?” (TRAJANO, Lilia, entrevista, 12/5/2020). Essa clareza da diferença social e a importância na demarcação da identidade na hora da composição do livro leva a escolha de Tânia Regina para compor a coordenação como a representação da favela,

A Tânia, então, vai ser a coordenadora, porque precisamos de ter uma resposta, precisamos de ter alguém que está do lado de cá, e esse alguém do lado de cá que vai nos representar, que vai aparecer também, que vai aparecer também naquilo que é a composição do livro, e ela vai ser a nossa representação. A Tânia vai representar esse grupo que tá aqui agora, esse grupo de moradores, esse grupo da Rocinha, esse grupo da favela (TRAJANO, Lilia, entrevista, 12/5/2020)

Os autores não foram os primeiros a abordar a questão da identidade em favelas, mas foram os primeiros a fazer uma escrita sobre o tema partindo da perspectiva de uma favela, uma vez que a palavra favela não constava nos materiais didáticos. Devemos ter em vista a autora Maria Carolina de Jesus e seu livro *Quarto de despejo* (1960). Trata-se, contudo, uma obra de autoria individual. Em *Varal de Lembranças* temos uma obra coletiva e de favela, portanto pioneira na escrita sobre identidades, como pudemos averiguar, um tipo de assunto comum nas favelas como descrito acima.

Marcando por sua preferência por figuras ditas comuns, essa seria a intuição de sua teoria não-sistematizada, contrapondo a narrativa, inclusive de alguns dos moradores da favela como Seu Inácio, de que história é para quem tem estátua:

Começamos a gravar com Seu Inácio. E foi incrível que o Seu Inácio, na primeira coisa que ele falou, na hora ele disse assim: “Olha, a Rocinha não tem história, tem trabalho e sofrimento, história tem lá o pessoal do asfalto, botam aquelas estátuas, botam aqueles palácios, os museus, aquilo é pro pessoal lá de baixo”. (Entrevista com Lygia Segala, 15/6/2020).

Porém no decorrer da entrevista e após as perguntas de como chegaram os primeiros aqui moradores, ou como se organizava as sociedades de água - este era um processo ainda recente no qual pequenas sociedades de moradores canalizavam a água potável das nascentes, que eram enviadas por canos feitos de bambu até as residências dos mesmos, fator que constituía uma grande reserva de energia física devido à distância percorrida – assuntos que ele provavelmente tivera participação direta, mas que não se auto identificara e ao narrar a história, Seu Inácio se dá conta da própria história e muda seu entendimento sobre sua participação histórica:

Chegou num dado momento. ele se emociona muito e diz assim: “Eu quero desdizer aquilo que eu disse no começo. Nós temos uma história”. Ele ficou muito emocionado, eu acho que ele ainda não tinha objetivado. Apesar de ser brilhante, ele pensava a história como a história legítima, a dos livros, sabe? Quando ele se deu conta de que a experiência, a vida, esse saber era tão história quanto a outra, ele se emocionou muito, e aí ele entusiasmou as pessoas, ele falou: “Olha, nós temos história, só que essa história ainda não existe, nunca ninguém contou, então meninos vão atrás.” (SEGALA, Entrevista, 15/6/2020)

Essa seria então a história das pessoas comuns, ele próprio começaria a redigir seu manuscrito com a história da favela da Rocinha, Cidade de latas.

Partindo dessa premissa, podemos admitir que a discussão sobre as diferenças, sobre as identidades, ocupava lugar importante no pensamento dos moradores de favela. Não é possível saber o quanto mais ou menos intenso era esse diálogo sem palavras, devido ao regime militar imposto ou às necessidades da vida cotidiana como trabalho etc., mas era a necessidade de compreender seu papel social e seu alcance político mediante anos de uma política severa de remoções, o que representava a instabilidade fundiária e psicológica, em um estado de tensão permanente:

Imagine você, que há mais de vinte anos havia um boato de que o morro do Sacopã ia abaixo. Depois que eu passei a ser proprietário, com quatro meses que eu já era proprietário, chegaram os guardas [...] só que eu morava ali em cima, aí eu disse: “- Mas meu Deus, há quanto tempo, há mais de vinte anos que havia de que ia abaixo, ninguém acreditava mais. Minha mulher estava esperando a garota, nessa época. O pessoal como sempre... o povo é muito estabonado, apressado, impaciente... então eles começaram a tirar os barracos da parte de baixo. (VIANNA. Entrevista 02/7/1982. In *Varal de lembranças*, 1983, p. 26)

O momento de escrita do livro e da composição da identidade se deu em um contexto de vida e em um ambiente social incerto, e este assunto estava constantemente na ordem do dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar o processo de construção que resultou na posterior publicação de um livro coletivo *Varal de Lembranças: histórias e causos da Rocinha*. A ideia era propor uma leitura do livro como forma de analisar o juízo valorativo dos autores no que diz respeito à possibilidade da constituição de uma identidade e, além disso, verificar como os mesmos revelam-se pensadores políticos sofisticados, que possuem um discurso próprio sobre memória e pertencimento, esse só seria sistematizado posteriormente, como podemos verificar em Spivak (1985) e Pollak (1992), dentre outros. Logo, propomos a possibilidade de interpretar o processo de composição livro *Varal de Lembranças* por seus autores coletivos, como uma forma semelhante, porém não sistematizada, da discussão sobre formação de identidade a partir das próprias memórias.

O cenário latino-americano apresentou uma crescente dimensão pública das disputas identitárias, conectadas às demandas por cidadania e justiça, também por representação/reconhecimento nos últimos anos. Dos anos 1960, passando pela década de 1970/1980 até a atualidade, o Brasil foi palco de movimentos sociais, atores e demandas da sociedade civil comumente associados a virtudes democratizantes de sensibilidade pluralista, incluindo neste caldeirão as práticas identificatórias. Neste processo de reinvenção da democracia, experimentamos a ampliação da visibilidade de demandas e formas de ação coletiva e identidades que não eram reconhecidas ou representadas pelos discursos oficiais, tanto os subalternos, como os de classe.

Com este estudo, pareceu-nos que a tarefa principal consistia em começar recuperando, dentro de uma área limitada, o olhar de dentro, a percepção perdida do processo em questão, da transformação peculiar do comportamento humano. Surpreende, a cada página do livro, a recusa completa à desumanização e à destruição do indivíduo, personificada nos habitantes de favela, que visivelmente se esforçam na manutenção de sua identidade frente ao Outro.

Embora sejam necessárias muitas identidades para existir numa sociedade repressora e violenta como a brasileira: submisso, inculto e inofensivo, e somente nesta representação subalterna e de preferência para aqueles que migram de regiões economicamente empobrecidas é que se torna possível exercer uma função de trabalho para sobreviver na metrópole. Apesar dessas muitas identidades, o sujeito de favela, que é nosso recorte, não parece ter sido impedido de enxergar a si mesmo com seu próprio olhar, e afirmar a si mesmo: Nome (Tranquilino Diniz da Silva), Profissão (Consertador

de guarda-chuva e máquina de costura), Idade (60) etc. Cientes de um igualitarismo jurídico entre favelados e cidadãos, porém sem esquecer que este é semelhante ao igualitarismo no plano formal entre ex-escravizados e ex-senhores no período pós abolição o Brasil do século XIX.

As favelas já suscitaram uma grande quantidade de estudos, por parte de diversos pesquisadores, no sentido de encontrar um modo de explicar o “modo de vida” desse objeto. Nesse sentido, havia os especialistas que defendiam a romantização de uma resistência heroica, e viam a favela como um *locus* de um humanitarismo comunitário próximo ao ideal. Outros, por sua vez, buscavam evidências para comprovar o mito da marginalidade, da violência espontânea e da não possibilidade de assimilação desses infra-humanos, porém úteis, que serviriam para os trabalhos mal remunerados e defendiam a política das remoções, pois não era possível encontrar nenhuma outra forma de convivência próxima.

Contudo, analisar a favela a partir dessas perspectivas ignora outra possibilidade bastante promissora, que procura superar a preocupação unilateral academicista. Desse modo, optamos por buscar uma forma de verificar se existe um pensamento de constituição de identidade na obra dos autores da favela da Rocinha: investigando o modo como eles construíram os juízos valorativos acerca da sua relação com a cidade, com o governo e com a democracia.

Seguimos outra perspectiva, tentamos analisar a estrutura textual contida nos relatos selecionados do livro para encontrar quais as influências da prática democrática, sobretudo argumentos comuns sobre representação.

Para cumprir esse objetivo, inicialmente apresentamos em *Estudantes de EJA como autores do livro varal de lembranças de 1983*, um exame acerca do panorama sobre os autores de nosso estudo, como ponto de partida para compreendermos quem foram essas pessoas, quais eram as suas relações e refletimos sobre as possíveis interpretações contidas no livro Varal de lembranças. Apresentamos os meios encontrados para a publicação do livro e buscamos compreender o processo de produção do livro dentro de um contexto mais amplo, incluindo a época, o contexto social no qual viviam os autores.

Nesta mesma etapa do trabalho, repassamos alguns dos principais debates trazidos pelos autores e diante disso, são apresentadas as principais linhas de pesquisa sobre o tema, de modo, em seguida, indicar qual é a contribuição do nosso estudo para a compreensão da tentativa, mesmo que não sistematizada, de construção de uma

identidade coletiva em uma favela, nas décadas de 60, 70 e 80, cuja manutenção se dá até os dias atuais.

Até esta etapa, a leitura revela, de fato, a preocupação implícita dos autores em construir um modelo político que passa pela questão da construção da identidade favelada, em contraposição com a uma identidade cidadina. Contudo, ainda era necessário analisar a noção de construção de identidade nos discursos pronunciados no livro, e isso foi feito em *Identidade ou identidades?*. Esta etapa da pesquisa nos levou a concluir que, embora os autores tenham construído juízos valorativos para os modelos antagônicos (negativado para a favela e positivado para a cidade), é possível perceber que há elementos indicando para uma elaboração política mais complexa, que não é tão binária como se aparentava inicialmente, demonstra uma grande sofisticação não - sistematizada, mas que ao mesmo tempo evoca uma questão possivelmente comum em sua época.

Para demonstrar que existe um contraponto ideológico entre *Nós e Eles* - Favela e Cidade - foi necessário fazer análise das entrevistas, dos membros que participaram do processo na época e confrontar com suas perspectivas na atualidade, suas profissões e suas vidas de ativistas ou não.

Mostramos como os autores constroem um juízo valorativo positivo acerca da identidade favelada, que se contrapõe à identidade 'padrão' da cidade, em um jogo de negociação de identidades, aceitas, recusadas ou resistidas em várias etapas. Além disso, no mesmo capítulo fizemos uma análise da importância da noção de identidade na obra, mostrando que ela ocupa um papel central na distribuição de poder.

Essa elaboração complexa reside no fato de os autores terem consciência de uma classificação, imposta e externa, de cada forma de identidade a partir de dois aspectos, um positivo e outro negativo, resultando, portanto, em um antagonismo, sobretudo a partir da construção dos arquétipos trabalhadores e bandidos, respectivamente. Buscamos apresentar argumentos que demonstram como os autores constroem um juízo valorativo positivo acerca da identidade favelada nos debates levantados nas entrevistas realizadas.

Após a superação dessas etapas de nossa investigação, é possível partirmos efetivamente para as nossas considerações finais. Constatamos que os autores esboçam a construção de sua teoria sobre as identidades e não somente uma identidade, formas de distintas, de acordo com a nossa leitura. O primeiro momento pode ser constatado quando os autores esboçam um juízo valorativo nos antecedentes culturais herdados que carregam consigo, acerca de suas memórias, e no contexto de uma nova etapa de suas vidas na cidade, mostram a cultura herdada como uma forma de resistência obstinada, e a

diversidade como um meio de um juízo valorativo positivo, em um contexto adverso. Logo, eles percebem dois modelos políticos antagônicos. É possível pensar que a biografia dos autores ajuda, em parte, a justificar esse pensamento político. Além disso, os participantes desse processo de construção do livro provavelmente sofreram influências das discussões existentes em seu tempo - tanto à direita como por exemplo a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), como à esquerda com Ação Popular Marxista Leninista (APML), como a própria epígrafe do livro demonstra “nosso livro não é só a história da Rocinha” e nos faz perceber que debate acerca da identidade favelada seria recorrente nas favelas.

Em segundo lugar, o embate ideológico entre as diferentes visões de mundo culmina nas entrevistas de Lília Trajano e Carlos Costa, assim como a letra da música impressa nas páginas do livro a qual indica a existência de uma outra identidade já construída: “nós somos que somos e ninguém vai nos mudar; ou nos aceitam como somos, ou vão ter que nos aturar”. Neste caso, a identidade já está amadurecida e a proposta lançada no festival de música, no Bairro do Jardim Botânico, pelos estudantes moradores da favela, simboliza os polos políticos opostos em discussão, uma cisão ideológica entre excluídos e os exclusivos. Com a inserção desse segmento no livro, os autores demonstram que os antecedentes do debate identitário que já havia sido posto décadas antes e que a tensão entre esses dois modelos levou a construção de um livro com sua versão da história. Isso por si só já nos permite afirmar que os autores podem ser classificados como pensadores políticos, e não apenas como trabalhadores subalternos incapazes de realizar produção intelectual – embora não tenham sistematizado sua teoria sobre as formas de identidade. E que no lugar disso, optaram por adotar a metodologia de levar o debate ao público por meio da construção das suas histórias através de uma publicação coletiva.

Contudo, a análise do processo de construção do livro nos permite afirmar que o movimento apresentou outra possibilidade mais complexa, em vez de construírem um livro, construirão três no total, pois além do livro *Varal de Lembranças*, publicaram dois livros infantis “*A Gata Vitória Caiu na Lixeira e Acabou-se a Estória*” (editora Salamandra, 1983); “*Picolé, Picolé água pura ninguém quer: estórias da Rocinha*”(editora Salamandra, 1983).

Isso foi possível porque fica implícita a capacidade desses moradores de favela de transitar pelos códigos da cidade, se eles não construíram uma teoria valorativa mais ampla acerca das formas de identidade, de modo a torná-las inteligíveis aos códigos que

estamos acostumados e damos por paradigmáticos, ressalta que teremos que aprofundar os nossos estudos para uma melhor compreensão desse processo sócio-histórico-literário.

A partir desta perspectiva, é possível afirmar que há uma crítica a um modelo identitário imposto por uma parte da sociedade, feito por sua contraparte ilegítima, ou seja, os moradores de favela. Deste modo, é possível notar que os autores não fogem a lógica analítica que seria consagrada posteriormente por Spivak (1987) e Pollack (1992) ao analisarem memória, subalternidade e lugar de fala. Porém, os autores não sistematizaram a discussão, deixando algumas informações implícitas no texto que construíram, dentro das possibilidades que cabiam dentro de suas ferramentas metodológicas e do tempo que dispunham para tal jornada.

Sendo assim, a possibilidade de interpretarmos o processo de construção de uma identidade a partir da leitura do livro *Varal de Lembranças*, e dos rastros deixados pelos moradores fortalece a hipótese de que os autores foram sim pensadores políticos, que seguiram uma tradição já existente de discussões comunitárias acerca da identidade coletiva, e apresentou-a ao público na forma de uma pesquisa sobre a história da Rocinha enunciada pela primeira vez em 1983 e, com isso, deixou uma importante herança teórica para as gerações seguintes, que seria fundamental para a realização desse trabalho acadêmico que ora se apresenta, quase quatro décadas depois de escrito.

Por fim, cabe uma última consideração. O discurso, dos autores, apresenta um elemento implícito distinto das falas sobre justiça, distribuição de oportunidades e narrativas sobre a história: a ideia de que os conceitos criados externamente são inadequados para averiguar a realidade alheia, no nosso caso específico, sem um cruzamento a favela não será entendida pela cidade, ao passo que o contrário se dá diariamente com a favela decifrando, aprendendo e reinventando os códigos da cidade. Aparentemente os conceitos criados na academia por sujeitos oriundos de classe e cultura diversa, não conseguem produzir efeito de mudança positiva no Outro. A não ser que tomemos como positiva a elaboração e prática das políticas de segurança pública aplicadas nas favelas do Brasil como um todo, numa tentativa, sem a consulta dos favelados, de gerar o que se convencionou chamar de estabilidade e ordenamento, porém que tem como resultado histórico são problemas sociais e políticos.

Com base nas entrevistas, podemos afirmar que houve um resultado positivo, mas não definitivo, na criação de uma identidade coletiva em torno da produção do livro *Varal de Lembranças*, e que este processo tornou-se uma espécie de laboratório de experimentação social de troca de saberes entre pessoas de origens geográficas diferentes,

mas com similar origem sociocultural herdada dos “homens livres pobres e escravos”, costura que impulsiona o empoderamento de um grupo heterogêneo excluído pelas forças centrípetas, ligados pelas necessidades de moradia e trabalho através do acesso a condições de pesquisa, escrita, produção e lançamento de um livro com histórias, primeiro para dentro da favela - na psique individual e coletiva e para fora dela, na cidade, uma contribuição para uma maior autonomia na construção de sua nova identidade, seja ela qual for e a mais diversa possível.

Em resumo, se tomarmos como verdadeira a premissa de que o livro *Varal de Lembranças* (1983) apresenta um esboço ainda, mesmo que não completamente finalizado sobre o processo de construção de identidades – dessa vez sem o adjetivo faveladas pois trata-se de uma contribuição universal -, podemos considerá-lo mais um argumento favorável à ideia de que os autores foram pensadores políticos sofisticados – embora não sistematizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. BURIGO Henrique (trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. In: *Feminismos Plurais* / coordenação de Djamila Ribeiro.

AUERBACH, Erich. **Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental**. Editora perspectiva. São Paulo. 1971.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal*. **Revista Sociedade e Estado**. vol. 33, n.º 1, jan./abr. 2018.

BHABHA, H. K. “The Third Space”. In: **Rutherford, J.** Identity: Community, Culture, Difference. London: Lawrence and Wishart, 1990, 207-21.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

BOSI. Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BOSI. Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRUM. Mario. **Breve história das favelas cariocas: das origens aos Grandes Eventos**. In Rio revisto de suas margens. MAIA, Rosemere (org.). 2ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

BURKE. Peter. **Hibridismo cultural**. MENDES, Leila Souza (trad.). São Leopoldo: Editora Unisinos. 3ª reimpressão, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. GERHARDT, Klauss Brandini (trad.). São Paulo. Paz e Terra, 1999.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**, 1ª Ed. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa. 1978.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CUNHA. Olívia Maria Gomes da. **Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault**. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/mana/a/xZ3LpnMpP6NFdjCDn5ZVJHt/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 10 maio 2020.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Notas do subsolo**. SOARES, M^a Aparecida Botelho Pereira Soares (trad.). Porto Alegre, RS : L&PM, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. JUNGMAN, Ruy (trad.); RIBEIRO, Renato Janine (rev. apre.), v. I, 2^a ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. RIBEIRO, Vera (trad.); SUSSEKIND, Pedro (trad. posfácio à ed. alemã); NEIBURG, Federico (apres. e ver. téc.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3^o edição. Rio de Janeiro. Pallas. 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. SILVEIRA, Renato (trad.). Salvador: EDUFBA, 2008.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**, São Paulo: Ed., 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Jonathan Mendes. *Tempo como regulador das atividades na idade média*. **30º Simpósio Nacional de História**. UEMG – Unidade Carangola.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro. Pallas: Ed, PUC-Rio, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. SILVA, Tomaz Tadeu; LOURO, Guaracira Lopes (trad.). 11^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWM, E. Ranger, T. (org.). **A Invenção das tradições**. CAVALCANTE, Celina Cardim (trad.). 6^a Edição. Editora Paz e Terra, 2008.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf.
 Acesso: 04 set. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – Diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada, 1961**. São Paulo. Editora: Paulo de Azevedo, 1961.

LEAL, Antônio. **Fala maria favela. Uma experiência criativa de alfabetização.** Rio de Janeiro, Folha Carioca Editora. 1984.

LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média.** Lisboa: Estampa, 1979.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da imprensa feminista brasileira.** Estudos Feministas, Florianópolis, 11:234-241, jan-jun/2003

LEVI, Primo. **É isto um homem?.** RE, Luigi Dei Re (trad.). Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIMA, José Luiz de Souza. **Empreendedorismo social: uma perspectiva de cidadania social e uma alternativa de trabalho e renda nos espaços populares.** Dissertação, 135 p. PUCRio - Ciências Sociais. 2008.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. **Remoções de Favelas no Rio de Janeiro: Entre Formas de Controle e Resistências.** 1ª ed. - Curitiba: Appris, 2019.

MORAES, Maria Laura Brenner. **Stuart Hall: cultura, identidade e representação.** Revista Educar Mais. 2019, | vol. 3, n.º 2.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PERLMAN, Janice. *Marginalidade: Do Mito a Realidade nas Favelas do Rio de Janeiro 1969-2002.* **X Encontro Nacional da Anpur**, ST2, 3, Reconfigurações territoriais: reestruturações econômicas e socioespaciais. 2003.

PERLMAN, Janice. Entrevista. **Revista Cantareira.** UFF - Faculdade de História da UFF. Entrevista com Janice Perlman. 2004, n.º 5, vol. 1, Ano 02, abr.-ago. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/issue/view/1485>. Acesso 02 abr. 2020.

PINTO, L. A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro: Relações de raças numa sociedade em mudança.** Companhia editora nacional. São Paulo. 1953.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social.* **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.º 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 03 Set. 2020.

GRÉSILLON, Almuth; MERVANT-ROUX, Marie-Madeleine; BUDOR, Dominique *Por uma Genética Teatral: premissas e desafios.* In **Revista Brasileira de Estudos da Presença - Brazilian Journal on Presence Studies.** e-ISSN 2237-2660. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/presenca> Acesso em: 03 Set. 2020.

ROCHA, Adair. **Cidade Cerzida: a Costura da Cidadania no Morro Santa Marta.** Rio de Janeiro. Ed. Puc-Rio Pallas. 3ª ed. 2012.

SEGALA, Lygia; SILVA, Tânia Regina (org.). **Varal de lembranças: histórias e causos da Rocinha**. Rio de Janeiro: União pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha/Tempo e Presença, 1983.

SILVA, Rodrigo Torquato da. **Escola-Favela e Favela-Escola: “Esse menino não tem jeito”**. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alli; Rio de Janeiro: Faperj, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUSA, Antero José e outros. **Picolé, Picolé água pura ninguém quer: estórias da Rocinha**. - Rio de Janeiro: Salamandra. 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. ALMEIDA, Sandra Regina; FEITOSA, Marcos Pereira; FEITOSA, André Pereira (trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALLADARES, Licia. *A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais*. **Revista brasileira Ciências e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 05-34, oct. 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso 11 dez. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 1-13.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. 17ª edição. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

DOCUMENTOS

CENSO DEMOGRÁFICO 1980.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n18_rj.pdf.
Acesso: 03 maio 2020.

CENSO GEORIO.

Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF.
Acesso: 03 maio 2020.

CENSO CASA CIVIL ESTADO DO RIO DE JANEIRO EGPRIO

Disponível em:

http://arquivos.proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/Apres_censo.pdf

Acesso em: 03 Set. 2020.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ: FALTA DE DINHEIRO CRIA OUTRA FAVELA”

Rio de Janeiro, sábado, 23 de outubro de 1971.

In:http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=25391&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em 27 fev. 2021.